



Comunidade **Solidária**

“PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL”

- novembro/2001 -

ABERTURA

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

– Bom dia para todos. Muito obrigada. Vejo que nós tivemos um grande sucesso com o nosso chamado para os companheiros, tanto do terceiro setor quanto da área governamental, e isso nos dá uma grande satisfação, que é, na verdade, uma demonstração de que nós conseguimos chegar ao nosso objetivo, que era trabalhar exatamente com essa parceria, estabelecer esses contatos entre agências governamentais, terceiro setor, ampliar a área do terceiro setor e fortalecer a sociedade civil. Esses foram os objetivos da Comunidade Solidária desde o seu primeiro momento. Então, hoje, para nós, é uma oportunidade de discutirmos isso: o que nós conseguimos durante todos esses anos. Acho que conseguimos muitas coisas e, como eu digo, só vê-los reunidos aqui já é um resultado extremamente positivo e, na verdade, teremos essa oportunidade de definir um pouco a extensão do terceiro setor, o tipo de colaboração e parceria que nós podemos estimular entre nós. O tipo de parceria e de inovação nessas sociedades com agências governamentais. Por isso, hoje é uma reunião especial do Conselho, na qual nós ampliamos nessa direção para podermos, realmente, ter um diálogo que seja bastante positivo e que seja apenas o início de alguma coisa, de um espaço de discussão que nós queremos construir e ampliar. Então, para não ficarmos com muito discurso e termos tempo para o debate, para conversa, para aquilo que já possa ser um começo desse espaço de colaboração, eu vou passar a palavra para Augusto e para Miguel, que vão fazer um relato dessa nossa experiência rapidamente. Eu acho também que grande parte das pessoas que estão aqui conhecem um pouco da Comunidade Solidária; então, nós resolvemos fazer uma síntese bem específica apenas com os objetivos e os resultados que nós alcançamos, e Miguel depois falará dos desdobramentos atuais e futuros desse espaço que nós desejamos propiciar para a discussão. E depois teremos, então, uma oportunidade para a participação de todos no debate. Com a palavra, o Augusto.

A EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA

AUGUSTO DE FRANCO (Conselheiro da Comunidade Solidária) -

Bom dia a todos! Nosso objetivo agora é dizer um pouco sobre o objetivo desta reunião, conversar - depois de sete anos ainda estamos falando disso - sobre não só o que fizemos, mas o que nós somos realmente e sobre algumas lições que extraímos desses quase sete anos de experiência do Conselho da Comunidade Solidária. Ao comentar isso, nós vamos falar um pouco sobre as possibilidades que agora estão abertas de ampliar essa rede, essa maneira de atuar que, de certa maneira, foi se consolidando nesses últimos anos. Essa reunião está focada no tema das parcerias para o desenvolvimento social, partindo da experiência do Conselho da Comunidade Solidária, mas reconhecendo, em primeiro lugar, que essa experiência é comum a vários outros atores governamentais e não-governamentais, ou seja, a Comunidade Solidária não descobriu a pólvora, nós não vamos contar todas maravilhas que fizemos porque isso pode, de certo modo, ser compartilhado por vários outros atores, tanto no Brasil quanto em outros países. Elementos de um novo padrão de relação Estado/Sociedade estão emergindo em múltiplas experiências – e em muitas das que estão aqui presentes. Elementos de uma nova postura do Estado em relação às organizações da sociedade civil estão surgindo no Brasil a partir do Governo Federal e também de governos estaduais e locais. E isso não apenas no Brasil! É importante dizer isso para começar, porque, eu suponho, estabelecemos um patamar de uma certa humildade, vamos dizer assim, para tratar desse assunto. A idéia desta reunião não era chamar aqui pessoas decisivas que dirigem, que tomam decisões no Estado e na sociedade civil para ouvir o que a Comunidade Solidária fez simplesmente, e sim para, a partir dessa interpretação que hoje estamos fazendo da nossa experiência, abrir canais de diálogos, como falou a professora Ruth, mais permanentes, mais sistemáticos. E a partir daí, então, caminhar para um novo estágio não só em termos da estratégia operacional do que fazemos, mas também em termos institucionais. Bom, todos sabem que o que se chama Comunidade Solidária - eu acho que nunca é demais repetir - não é um objeto simples de ser definido. Comunidade Solidária é um Conselho de parceria Estado/Sociedade, tem ministros e tem lideranças da sociedade civil e é também um programa governamental formalmente ligado à Casa Civil da Presidência da República que é dirigido por um secretário executivo, atualmente o Ludgério Monteiro, que também se chama Comunidade Solidária e que hoje, de certa maneira, coordena um programa de indução

ao desenvolvimento local em todo o País, chamado Comunidade Ativa. O Conselho tem uma relação estreita com a secretaria executiva do Comunidade Solidária que coordena o programa governamental de mesmo nome, e essa relação é de natureza prepositiva. Hoje, o programa Comunidade Ativa, que é coordenado pela secretaria executiva, foi, de certo modo, desenhado pelo Conselho a partir de rodadas como essa, de diálogo político, de interlocução política. Mas ele é operado governamentalmente pela secretaria executiva da Comunidade Solidária. O Conselho, além de ter esse papel de propor e desenhar novos programas e formas para enfrentar a pobreza e a exclusão social, baseando-se em parcerias e iniciativas inovadoras, também desenvolve projetos construtivos. Ali está o mais antigo deles: o Universidade Solidária. Estão abreviados o Capacitação Solidária e o Alfabetização Solidária, que são programas desenhados pelo próprio Conselho. A Rede de Informações para o Terceiro Setor, o programa Voluntários, a Comunidade Ativa - a qual eu já me referi, que embora tenha sido concebida pelo Conselho, é um programa, hoje, governamental -, o Artesanato Solidário, o Rede Jovem e, finalmente, nós vamos falar sobre isso, o Comunitas. Esses programas são basicamente de investimento em capitais humano e social. São programas que se voltam, grande parte deles, para problemas antigos. A nossa experiência foi de que as velhas maneiras de enfrentar esses problemas poderiam ser modificadas através da parceria e de outras características desses programas: o foco, a flexibilidade e a sustentabilidade, ou a busca desta. Nesses programas, todos nós seguimos uma estratégia operacional que poderia ser baseada no seguinte: primeiramente, experimentação em pequena escala, depois a expansão numa escala maior e a autonomização financeira e institucional do programa. Tudo isso submetido a uma prática sistemática de monitoria e avaliação. São programas, todos eles abertos, que desencadeiam inovações que acabam "retroalimentando" o desenho original, que deixa de ser mantido em vários casos. Talvez essa seja uma das características inovadoras e uma das razões pelas quais podemos dizer que são programas inovadores, porque as transformações que eles desencadeiam acabam incidindo sobre a forma original, sendo modificada nesses projetos. Daqueles programas, já foram experimentados, ampliados, avaliados, modificados e autonomizados o Universidade Solidária, o Capacitação Solidária e o Alfabetização Solidária. Em processo de experimentação, estão o Artesanato Solidário e o Rede Jovem. Em processo de implantação, vamos dizer, está este último (Rede Jovem). Seria interessante ver alguns números desses programas - temos que ir para um outro arquivo -, para dar uma idéia

do que estamos dizendo. Alguns números: Universidade Solidária - eu corro o risco de apresentar assim e o coordenador e a coordenadora do programa, que estão aqui, puxarem minha orelha porque os números vão mudando muito velozmente e eu não consigo acompanhar de modo algum, mas vamos lá! Até onde eu sei, o Universidade Solidária é, basicamente, um programa em que jovens vão para localidades pobres do País e ali têm um trabalho interativo com a população. O projeto envolve 186 universidades, assim como já envolveu 9400 estudantes em 850 municípios do Brasil, tem 16 parceiros privados e mobilizou algo em torno de 6,5 milhões de dólares. Quando eu digo mobilizou, isso não significa que é dinheiro orçamentário, que é dinheiro governamental. Em muitos casos, grande parte desses recursos são não-governamentais, o que não é o caso do UniSol. Capacitação Solidária: a Capacitação Solidária é um programa inovador de capacitação profissional de jovens que atua de uma maneira na qual não sejam predeterminados os currículos de capacitação. O que ele faz é aprovar projetos publicamente de organizações não-governamentais; estas, sim, fazem o trabalho de capacitação. Nós temos 2400 organizações, 115 mil jovens já passaram por esses programas em oito regiões metropolitanas do Brasil. Estão envolvidos 97 parceiros privados e mobilizou-se algo em torno de 50 milhões de dólares. Alfabetização Solidária: é um programa de alfabetização a baixo custo, que é feito de maneira inovadora também. O Capacitador: ele é captado, selecionado a partir da própria localidade, as universidades fazem o treinamento e há todo um sistema, vamos dizer assim, que se revelou muito engenhoso, pelo qual, em cinco, seis meses, os jovens são alfabetizados por esse capacitador da localidade. Ele tem parceria ativa porque faz parte do programa. Não é um apoio, 203 universidades (aí eu devo entender que são universidades, faculdades e escolas isoladas, centros universitários, em suma, vamos abreviar chamando “universidades”), 1500 professores universitários estão no programa, 94 mil professores locais e 2,3 milhões até o final de 2001. Parece que o dado é esse, alfabetizados, e Dona Ruth está me lembrando aqui que esses 94 mil professores locais são 94 mil oportunidades de trabalho abertas por esse programa, que não tinha esse objetivo, seria como um subproduto importante. 95 parceiros privados – entre bancos, empresas e fundações – e 53 milhões foi o total mobilizado por esse programa. Mais alguns números: o Comunidade Ativa está aí com uma cor diferente, exatamente pela sua especificidade, como eu expliquei. Trata-se de um programa governamental, desenhado e apoiado aqui, mas tocado pela Casa Civil. O DLIS já foi implantado em 157 municípios, cerca de 4 mil pessoas foram capacitadas nesse processo. DLIS é

Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável; é uma metodologia, ou melhor, uma estratégia de promoção de convergir essa integração das ações, parcerias múltiplas para definir agendas de prioridades locais; mais de duas mil ações foram pactuadas entre os três níveis de governo e outras organizações não-governamentais; e ele vai ter uma expansão para mais 400 municípios em 2001. É isso, Monteiro? Um pouco mais. Vai chegar a 604 até o final deste ano de 2001. Como eu disse, os números não são os mais atuais nunca! O Voluntariado: o Voluntariado também é um programa especial porque nasce de uma estratégia inicial do Conselho de fortalecimento da sociedade civil. Ele, embora tivesse uma estimativa muito mais modesta, acabou atingindo esses números: 36 centros e 100 outros "filhotes", vamos dizer assim, que surgiram a partir de uma iniciativa desencadeada a partir das primeiras, 800 pessoas capacitadas para o voluntariado, desenvolver os tratos específicos para jovens, empresários, portadores de deficiência, idosos... Tem uma parceria importante com o programa Amigos da Escola, e, nessa interface, 30 mil escolas conseguiram agitar, de certa maneira, o programa Amigos da Escola; tem um portal hoje que foi feito e que está no ar: www.portaldovoluntariado.org.br, juntamente com a Rede Globo. A Rits, que é a Rede de Informação para o Terceiro Setor, hoje é um entidade autônoma, independente, em processo de constituição, como OSCIP, que é Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – aí temos alguns números. É uma rede de informações, ali os indicadores são desse tipo, 400 mil *page viewers*, dez redes articuladas, animadas pelo trabalho da Rits, 800 assinantes da Revista Eletrônica do Terceiro Setor e um processo de desenvolvimento de novas tecnologias da informação. O Artesanato Solidário é um programa que está sendo experimentado. No período da seca, ele já teve um largo campo de experimentação: mil artesãos trabalhando, vinte municípios num programa-piloto – Pronto! Os números não batem, mas ainda bem que para mais – e cem municípios previstos na expansão. É isso? É isso! E, finalmente, o Rede Jovem, que é um programa muito novo ainda, está em incubação. Já conseguiu ter sete espaços no Rio, São Paulo e Bahia, previsão de treze até o final do ano, cerca de mil jovens circulando e é um programa que tende a contar com o apoio do FUST. São telecentros em que os jovens podem ter informações sobre coisas de seu interesse e estabelecer diálogos com outros grupos de jovens; resumindo, é um programa de inclusão digital, já que esses telecentros estão situados, de preferência, em localidades periféricas onde as pessoas não têm acesso, a partir do seu próprio equipamento, à internet e aos recursos telemáticos. Bom, esses programas não esgotam o trabalho da comunidade solidária.

Eles significam apenas uma das linhas, que é experimentar programas inovadores, ver se dá certo. Se deu, expandir e, se não deu certo, autonomizar. Por que a preocupação de autonomizar? Porque em tudo que fizemos aqui, tivemos a preocupação de manter, talvez, como prioridade-zero, a idéia de que se o programa dá certo, se ele funciona, ele tem que andar com as próprias pernas. Ele tem que ter, inclusive, a capacidade de atravessar as mudanças institucionais pelas quais um país democrático necessariamente deve passar, o que não significa que eles devam ser eliminados em virtude dessas mudanças institucionais. Daí a preocupação precípua com a sustentabilidade desses programas. Isso nos levou a pensar em como esse conjunto e vários outros programas que aí não estão, mas que nasceram de iniciativas animadas, estimuladas ou promovidas pela Comunidade Solidária podem sobreviver. Como esse conjunto pode se autonomizar de fato para andar com as próprias pernas? Existem “bolinhas” que não estão aí, como, por exemplo, o Portal do Voluntariado. Nasceu aqui por sugestão de um interlocutor – no caso, foi até o Deputado Kandir... O Portal do Microcrédito – estou confundindo com o do voluntariado – que nasceu assim, porque uma das nossas prioridades foi a de investir na expansão da oferta do microcrédito no Brasil. Então, surge aqui, numa reunião, a idéia do Portal do Microcrédito. Esse portal hoje já está no ar e já tem uma instituição cujo Conselho de Administração é o Comitê Gestor do Portal do Microcrédito. Uma instituição autônoma. Não está aí, mas vai aparecer daqui a pouco nos vários círculos de programas relacionados que são autônomos em relação às iniciativas do Comunidade Solidária mas que devem ter a oportunidade de estar comungando, partilhando valores, objetivos, metas, trabalhando em conjunto para o futuro, e no futuro! Então, a idéia para animar esse conjunto foi a criação de uma outra instituição chamada Comunitas – Parcerias para o Desenvolvimento Solidário. A Comunitas, na verdade, tem como missão ou propósito primeiro animar a rede, quer dizer, fazer com que esse conjunto seja um sistema de nodos conectados horizontalmente que possam compartilhar um mínimo de valores e objetivos e empreender ações conjuntas, que possam se ajudar mutuamente e estabelecer relações com outros programas de outras instituições que são análogas, semelhantes e que partiram da iniciativa de outros atores, não da própria Comunidade Solidária. A idéia básica foi que a criação dessa instituição estabelecesse, em primeiro lugar, uma animação desse conjunto, transformando-o em uma verdadeira rede. Rede essa que, partindo desse núcleo inicial, pudesse se conectar com outros níveis de articulação, onde outros parceiros, estratégicos desse ponto de vista, pudessem também figurar. Então,

revido um pouco de maneira animada, a partir da idéia do Conselho, surgiram essas iniciativas e, finalmente, a Comunitas, que tenta estabelecer isso que as setinhas que estão aparecendo aí, vão tentar sugerir: relações bilaterais, trilaterais, em suma, de todos com todos, aí dentro desse conjunto. Se amanhã, eventualmente, o Conselho da Comunidade Solidária, enquanto uma instância de parceria, de iniciativa do Governo Federal deixar de existir, por algum motivo, a idéia é que esse sistema, animado desta forma, possa continuar existindo com os mesmos propósitos que orientaram a sua construção. Essa é a idéia, e isso significa não apenas esses elementos que ali estão nomeados. Significa poder ampliar essa rede para outros atores que quiserem participar dessa rede, em diferentes graus de inserção, em diferentes níveis. A rede tem múltiplos níveis. Portanto, alguns vão compartilhar, de uma forma mais estratégica, aquele conjunto de princípios e de orientações ou de lições que tiramos nesses anos. Outros vão ter as suas próprias lições, suas próprias conclusões, o que não significa que nós não podemos estar conectados em rede. A idéia básica, para concluir, que nos orientou durante todo esse tempo foi a de que combater a pobreza e a exclusão social não é transformar pessoas e comunidades em beneficiados passivos e permanentes de programas assistências. O objetivo fundamental foi de que política social deve ser política de desenvolvimento social e de que não pode haver nenhum tipo de progresso que não seja também social. Essa foi a idéia básica, e a partir daí, nós nos esforçamos um pouco para incentivar, promover e apoiar iniciativas que vão nesse sentido. Torno a dizer, isso não é privilégio da Comunidade Solidária. Muitos dos atores que estão aqui e muitos que não estão compartilham e fizeram isso vêm fazendo em sua atuação. Estamos apresentando apenas a nossa visão sobre o que nós próprios fizemos, mas reconhecemos que fizemos parte de um movimento mais amplo. Estamos um pouco convencidos de que está emergindo realmente um novo padrão de relação Estado/Sociedade, que é baseado na participação dos cidadãos, de suas comunidades e organizações, na parceria entre múltiplos atores, na articulação intergovernamental e intragovernamental, na descentralização e na convergência e integração das ações. Não fomos nós que descobrimos isso, mas nós identificamos esses elementos como elementos distintivos desse novo padrão de relação Estado/Sociedade, que não é estadista. Vamos dizer assim, do ponto de vista de achar que o protagonismo sempre tem que estar com o Estado ou de que o Estado possa deter alguma coisa como monopólio do público. Achamos que está emergindo uma esfera pública não-estatal e que ela é fundamental tanto para a consolidação e o fortalecimento da democracia

quanto para a própria democratização ou radicalização desta. Algumas lições que tiramos dessa reflexão estavam colocadas no documento – que eu acho que todos receberam. A primeira é que havia um debate longo no País sobre o qual achamos melhor passar por cima, não no sentido de ignorá-lo, mas no sentido de buscar uma síntese, pois ficar naquela contradição seria estiolante. É essa contraposição que muitas vezes se faz entre dever do Estado e responsabilidade do cidadão. Nós achamos que não há nenhuma contradição entre dever do Estado e responsabilidade do cidadão. Essas coisas se completam. De que não há contradição também entre políticas públicas e dinâmicas comunitárias, entre oferta de serviços e fortalecimento do capital social local. Um novo padrão de relação Estado/Sociedade impõe que as duas coisas aconteçam simultaneamente e não há contradição entre eles. Também não há contradição entre políticas de alcance universal e políticas focalizadas. Houve um intenso debate na sociedade brasileira. Agora já feneceu esse debate, no qual se forem feitas políticas focalizadas, não se estará cuidando dos deveres constitucionais, enquanto Estado, de atender o conjunto da população. Ora, isso tem que ser feito. Políticas de alcance universal têm que existir e políticas focalizadas também têm que existir porque, senão, as políticas de alcance universal vão causar num país de desigualdade extrema, mais desigualdade ainda! Não há contradição entre políticas assistenciais e políticas de indução ao desenvolvimento, ou seja, ambas fazem parte de uma carteira de objetivos e de produtos de uma estratégia de desenvolvimento social. Também a idéia de que não deve haver contradição entre política econômica e política social. Quer dizer, uma política econômica que consiga manter estabilidade, que consiga ensejar o exercício do empreendedorismo e de vários outros elementos fundamentais, em termos do fortalecimento do capital humano e do próprio capital social, é uma política também de desenvolvimento social. Depois desses debates todos, também chegamos à conclusão de que não há caminho único nem receita infalível. Nós, desde o início, desconfiamos da idéia genial para resolver o problema da pobreza e da exclusão social no Brasil. Não há uma idéia genial, não existe receita infalível e um caminho único. Esse é um problema extremamente complexo, como a pobreza, e só um conjunto tão específico de ações de todos os setores, tanto estatais quanto da própria sociedade ou quanto empresariais, pode fazer frente a um desafio dessa magnitude. E, finalmente, que compartilhar com a sociedade as tarefas de formulação e implementação de uma estratégia de desenvolvimento não é apenas uma possibilidade, não é porque está na moda, é uma necessidade da sociedade contemporânea. Se não houver esse compartilhamento na

própria elaboração dessas estratégias, não apenas na sua execução, não será conseguida uma vontade coletiva que seja capaz de pôr em marcha novas forças de enfrentamento da pobreza e da exclusão. Isso é um pouco do que nós concluímos a partir dessa nossa experiência. Creio que isso pode ser extremamente enriquecido com a participação de todos que estão aqui e que já vêm participando e daqueles que participam pela primeira vez. Eu tenho a impressão – nós todos temos a impressão – de que não estamos falando sobre algo que seja absolutamente *in dita* para ninguém aqui. Esses elementos de formas, ditos por outra maneira, têm surgido em nossas experiências de organismos internacionais, de fundações, de organizações não-governamentais e de governos que querem ver uma nova maneira de se relacionar com a sociedade. Era isso.

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

– Acho que o Augusto conseguiu, dentro do nosso tempo, fazer uma colocação bem resumida, porém eficiente. Então, eu passo a palavra ao Miguel, que vai cuidar do futuro.

MIGUEL DARCY DE OLIVEIRA (Conselheiro da Comunidade Solidária) – Isso, mas partindo do presente. No sentido muito concreto, parece-me que esse *slide* exprime um pouco a situação pela qual estamos aqui, ou seja, de fato, essa é uma reunião convocada pela Comunidade Solidária. Achamos importante começar por esta apresentação da experiência acumulada pelo órgão ao longo de sua existência, sua constituição, alguns trabalhos desenvolvidos, o contato e o papel dos parceiros estratégicos da Comunidade Solidária e pela sua própria natureza, são parceiros estratégicos da Comunidade Solidária. E um pouco desse debate que a minha fala introduz é aquele que nós queremos abrir nesta reunião de hoje. Para isso, é interessante discorrer, muito rapidamente, sobre qual era a situação em que nós encontrávamos há sete anos atrás, quando começamos o trabalho, em termos de uma leitura do estado da sociedade civil do terceiro setor do Brasil e deste padrão de relacionamento Estado/Sociedade, ver que agenda escolhemos naquele momento e qual é a situação atual, em que medida uma nova agenda tem sentido ou se há novas oportunidades e necessidades a serem atendidas. E, por fim, quais são as novas possibilidades de parceria abertas para colaboração destes atores que não estão hoje como estavam há sete anos atrás, estão muito mais abertos, todos, à colaboração por um lado e muito mais fortalecidos, muito melhor implantados no espaço de suas ações. A Comunidade

Solidária começou e foi interessante porque, em dezembro de 95, nós realizamos nesse mesmo lugar, na Granja do Torto, um seminário com lideranças da sociedade civil no Brasil para discutir exatamente essa questão, que seria uma agenda comum, consensual de fortalecimento da sociedade civil no Brasil. Naquele momento, nós definimos cinco questões: marco legal, a melhoria de todo o entorno da legislação, da regulamentação a respeito de ONGs, sociedade civil e terceiro setor. Segundo ponto: visibilidade, informação – era preciso produzir conhecimento, era preciso abrir o terceiro setor à sociedade para ver essa realidade emergente. Terceiro ponto: voluntariado – era um tema que havia ficado um pouco esquecido, é um tema que vem de longe, parecia-nos que religar voluntariado inspirado pelos valores da solidariedade, da generosidade, da cidadania, era algo que tinha algo em comum com uma estratégia de fortalecimento da sociedade civil, que, até então, fluía mais pelos canais já bem organizados. Quarto ponto, fortalecimento institucional das ONGs, das organizações da sociedade civil. E, por fim, a velha questão do financiamento, da sustentabilidade, da captação de recursos. Esses cinco pontos foram debatidos nesse seminário. Consensualmente, concordou-se que isso era uma agenda que interessava a todos, e os três primeiros deles se transformaram em um programa de ação que a Comunidade Solidária desenvolveu com recursos do BID, marco legal, informação e voluntariado. Na linha informação, surgiu a RITS, rede de informação, como seu instrumento fundamental. Fortalecimento institucional nos parecia um desafio amplo, difícil de ser transformado em programa. Nós fizemos isto dentro dos programas específicos da Comunidade Solidária. Na medida de nossas forças, aquelas 2.500 ONGs da capacitação solidária receberam um programa específico de fortalecimento de suas competências gerenciais e empreendedoras. E financiamento era uma área que nós tocávamos com muito cuidado, não é? Por razões evidentes, não nos pareceu adequado lançar uma ação em torno disso. E é interessante ressaltar que era nesse tópico que se falava do setor privado, das empresas. Começava-se a abrir no Brasil a perspectiva de um maior envolvimento do mundo empresarial com a questão social, e naquele seminário houve já a participação de alguns líderes nesse processo, mas nós achamos por bem que isso não fosse uma zona fundamental de ação para nós. Vale a pena introduzir esse debate, ver como é a situação hoje, o que terá mudado, quais as novidades, o que fica e o que surge de novo. Eu quero chamar a atenção para sete pontos, rapidamente. O primeiro deles, é óbvio, a palavra parceria hoje é a palavra central, a que escolhemos para qualificar esta nova ONG Comunitas, que assegurará a continuidade da ação do sistema Comunidade Solidária,

Comunitas, parceria para o desenvolvimento solidária. As parcerias se generalizaram, e de uma forma muito interessante, múltipla, flexível, para utilizar a expressão de Manuel Castels, numa "geometria variável". Não é preciso todo mundo estar de acordo sobre tudo o tempo todo para colaborar. Os acertos, os acordos, as sinergias se dão de modo espontâneo, flexível, caso a caso, duram pelo tempo que duram o interesse dos parceiros em colaborar e têm a extensão adequada a cada situação, mas o fato é que aquela situação de sete anos, em que havia ainda resistência, relutância, desconfiança entre atores públicos e privados, entre atores sem fins lucrativos e empresas, isso pode se dizer no Brasil, está amplamente superado por uma multiplicação das formas mais variadas de colaboração entre personagens situados em diferentes pontos da sociedade, as parcerias se generalizaram. Segundo ponto, que talvez seja um dos dados mais marcantes, o fenômeno da responsabilidade social empresarial. Isso é uma coisa que nos últimos anos ganhou uma força muito grande. É essa descoberta pelo mundo empresarial, da sua responsabilidade social, no sentido mais amplo possível, e um trabalho muito interessante de criação de mecanismos de intervenção, de sensibilização e mobilização das empresas para isso. Citando apenas exemplos de alguns personagens que estão aqui: a ação da Fundação Abrinq; mais tarde do Instituto Ethos; a ação do GIFE - Grupo de Institutos Fundações Empresas; de fundações internacionais importantes como a Kellog's, a Ford; da Câmara de Comércio Brasil – Estados Unidos; as pesquisas feitas por Leilah Landin, por Anna Maria Peliano; enfim, trouxeram o tema da responsabilidade social-empresarial como uma realidade forte, importante do cenário do terceiro setor do Brasil, o que muda muito a situação anterior, abre perspectivas novas e muito interessantes de colaboração. Um terceiro elemento, que também vale a pena destacar: organizações da sociedade civil hoje responsáveis no Brasil por programas de grande abrangência. Se há sete, oito, dez anos atrás, a imensa maioria das ONGs atuava no microespaço, na experimentação, nos interstícios da sociedade, isso hoje não é mais verdade. Há programas de amplitude nacional, de abrangência, sofisticados, bem organizados. Alguns dos programas da Comunidade Solidária têm essa abrangência, mas também apenas para citar exemplo de programas liderados por membros do Conselho da Comunidade Solidária, a Pastoral da Criança é um programa de amplitude nacional, reconhecido internacionalmente. A ação de vários institutos e ONGs na área educacional, por exemplo, o CENPEC, o Instituto Ayrton Senna cria redes, cria dinâmicas de mobilização, de recursos e competências para a melhoria da educação, que são muito expressivos, as ações da Fundação Roberto Marinho e

Fundação Odebrecht são outros exemplos de dinâmicas em que há uma mobilização expressiva de recursos e um número de pessoas atingidas, uma escala que é bastante expressiva. Isso é uma nova realidade. Nós saímos dos projetos para os programas e estamos quase saindo dos programas para o que poderíamos chamar de dinâmicas de intervenção, de transformação social muito abrangentes. Um quarto ponto, o Augusto mencionou: o processo de descentralização da esfera governamental abriu também possibilidades novas, muito interessantes de parceria no nível local entre organizações comunitárias e da sociedade e ações governamentais. Quebrou-se essa dicotomia absurda entre iniciativas de cima para baixo e de baixo para cima. O importante é o ponto de encontro, pouco importa de onde surja a idéia, o importante é a convergência de recursos no nível local. Hoje fala-se muito mais em desenvolvimento local, capital social que há sete anos atrás. O voluntariado era uma palavra gasta, desvalorizada, pouco utilizada no mundo das ONGs. Nesses anos, também fez-se um esforço importante de atualização desse conceito, sem estabelecer uma quebra, uma ruptura entre os modelos clássicos de ação voluntária motivada pela generosidade individual com as formas mais contemporâneas. Mas, ao contrário, buscando somar, buscando fazer com que essas duas tendências e tradições dialoguem, fortaleçam-se e, sobretudo, ampliando o voluntariado para todos os setores da população. Foi mencionado que uma das prioridades dos programas voluntários seria a extensão de oportunidades de ação voluntária para as pessoas com deficiência, para o idoso, para o jovem em situação de risco, enfim, é uma visão mais abrangente e mais integrada que a sociedade brasileira tem hoje sobre o valor da ação voluntária. Sexto ponto: a visibilidade, o reconhecimento do terceiro setor, da sociedade civil avançou muito. O número de pesquisas feitas sobre esta realidade, o número de universidades, centros de pesquisa que criaram centros, que criaram áreas de estudo sobre o terceiro setor e voltadas para o terceiro setor é muito expressivo. A própria RITS – Rede de Informações para o Terceiro Setor é uma ferramenta de produção e disseminação sistemática de informação. Pode-se dizer que a sociedade conhece melhor o terceiro setor hoje e ele próprio está num processo forte de produção das informações e conhecimentos básicos sobre si mesmo para que melhor possa trabalhar, melhor se apresentar na sociedade. O último ponto com o qual eu termino esse elenco de algumas mudanças importantes: a noção de trabalho em rede – que também nós fizemos questão de usar essa imagem, que nos parece fiel, que mostra bem o padrão de relacionamento que a Comunidade Solidária criou entre os seus próprios componentes – evidentemente isso é apenas uma parte de uma realidade

muitíssimo maior, qualquer um desses grandes programas que eu mencionei e muitos outros existem. Poderiam ser feitos desenhos semelhantes, é um desafio aberto a nossa imaginação. Realmente, nós nos qualificamos para esse novo modo de atuação, mais horizontal, mais colaborativo, sem hierarquia, em que a informação flui e as sinergias se dão caso a caso. Em suma, é uma outra estratégia de mobilização de recursos, de competências e de identificação de oportunidade, que tem tudo a ver também com a questão das novas tecnologias. Há um grande desafio posto a nós todos, como a outras áreas, quase que para todas as áreas da vida contemporânea: como utilizar as novas tecnologias de informação como ferramentas de inclusão, de desenvolvimento, de fortalecimento desses valores que nós queremos promover. Eu dei esses sete exemplos de mudança. A partir daí, levanto questões para o debate. Gostaria de propor a todos que refletíssemos juntos. Que outras transformações, que outras mudanças valeriam a pena mencionarmos, porque seria importante ter, de uma maneira específica, o seu impacto e o seu potencial para o futuro, seria uma primeira pergunta. Uma segunda pergunta, no momento atual, visto que o terceiro setor e a sociedade civil já se apresentam com muito mais firmeza e clareza na cena pública, nesse cenário brasileiro. Tem ainda sentido falar em uma agenda de fortalecimento da sociedade civil? Se tem sentido, quais seriam seus componentes prioritários? Alguns daqueles anteriores ainda têm sentido? Marco legal, por exemplo, sobre o qual tivemos alguns avanços, mas ainda há áreas, como a dos incentivos fiscais, onde há muito por fazer. Vale a pena ainda manter essa idéia de uma agenda comum do Estado e da sociedade, fortalecimento da sociedade civil? É uma segunda questão que gostaríamos de propor a discussão. E, sobretudo, aqui me parece mais interessante, quais seriam as novas possibilidades de parceria estratégicas que emergem desse cenário que múltiplos atores estão muito melhor dispostos na cena brasileira, com mais recursos, com mais capacidade de ação, pensando em termos mais ambiciosos? Como lidar com essa nova realidade? Como nos abirmos para essa perspectiva? Como gerenciar essas oportunidades reagindo sempre contra qualquer tentação de tudo querer organizar, coordenar – que nunca foi a nossa e não é agora que vai ser – mas como perceber oportunidades, necessidades e dar respostas a elas num novo contexto? Essa segunda etapa da conversa, que se quer com a participação de todos, projeta-se para o futuro e se propõe como um fio não-excludente. Essas perguntas que outros elementos inovadores, transformadores, valeriam a pena ressaltar-se. Vale a pena, ainda, falar numa agenda de fortalecimento da sociedade civil. Se for o caso, com quais conteúdos e como aproveitar esta oportunidade de parcerias estratégicas mais

abrangentes, mais duradouras no tempo? Eram essas as idéias que eu queria fazer nessa fala de transição para um momento de participação de todos.

INTERVENÇÕES DOS PARTICIPANTES E DEBATE

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

– Antes de dar a palavra, eu vou tomar um minuto apenas para insistir numa idéia que já foi colocada, mas que eu acho que é básica para o nosso debate, que é por que nós insistimos tanto em tudo estar montado, em termos da construção de uma rede. Nós estamos construindo uma rede que é a própria Comunidade Solidária, todos os programas, com o Comunitas, etc. Nós vamos operar como uma rede, um modo diferente de operar, sim. Não é apenas uma setinha ali! Há uma maneira diferente na qual, realmente, cada um pode garantir a sua autonomia. Isso sempre foi absolutamente básico, e eu acho muito importante entender isso para que a nossa discussão possa continuar, no sentido de “o que é que seria uma parceria, o que seria um espaço aberto para o terceiro setor, onde todos podem participar, onde todos podem garantir a sua autonomia, mas onde a gente possa convergir basicamente para a coisa, informação?”. Porque hoje nós sabemos que tudo depende da informação, não é por outra razão que nós, num primeiro momento, na idéia de fortalecimento da sociedade civil, criamos a RITS – Rede de Informações para o Terceiro Setor, que é algo que tem uma enorme possibilidade, que foi muito difícil de criar porque era uma novidade muito grande, mas que agora está cheia de possibilidades de se tornar realmente um instrumento importante para a parte que quiser do terceiro setor. Nós estamos insistindo muito, e isso realmente sempre foi uma premissa básica para a gente... Parceria é uma coisa que junta pessoas com determinados objetivos, e não necessariamente dissolve no mesmo programa ou no mesmo tipo de ação. Exatamente por que nós acreditamos muito nessa necessidade de compartilhar de informações, rápida e eficiente. Nós também criamos um outro programa, que é o Rede Jovem, que está se iniciando, que ainda é o nosso programa mais recente mas que tem uma imensa possibilidade. Por que a Rede Jovem? Porque nós evidentemente acreditamos que superar ou produzir a inclusão digital ou superar a exclusão digital é um desafio imediato importantíssimo, tem que ser feito. Nós temos que ao mesmo tempo alfabetizar e fazer inclusão digital, de modo que não há a menor dúvida quanto a isso. Entretanto, nós achamos que muitos programas dão uma ênfase muito grande no aprendizado do uso do computador, e poucos programas dão a

importância necessária a conectividade, a rede de comunicação. As duas coisas são evidentemente fundamentais, mas é preciso mostrar para a sociedade que aprender a usar o computador é um passo, mas se ele não for incluído na utilização da conectividade, da comunicação para aqueles que nós estamos querendo incluir, eles continuaram excluídos, nós continuaremos a ter outras barreiras. Essa idéia da Rede Jovem, de nós colocarmos os instrumentos necessários na mão de centros de jovens que já existem, onde eles já trabalham, para que eles formem uma rede, rede que será deles, não é nossa, não vamos dirigir essa rede, nós vamos criar as condições, ensiná-los a fazer isso, ensiná-los a animar uma rede e depois a rede é deles. Exatamente para superar uma das exclusões mais graves, que na periferia das grandes cidades quem trabalha com jovens sabe muito bem. O grande problema é o isolamento deles. Quem mora na Zona Leste não conhece quem mora na Zona Sul, e assim por diante, em todas as grandes cidades, e eles não vem para o centro porque recebem um tratamento bastante discriminatório porque são jovens pobres. Esta comunicação permitirá, na verdade, que eles se vejam uns nos outros, e tenham uma quantidade de atividades conjuntas, que os tirará do isolamento. Esse é o caso prático da Rede Jovem, mas eu quis chamar atenção exatamente para essa questão, de que a inclusão digital implica desenvolvimento da conectividade, e implica entre nós também, é muito importante lá, que a gente pense isso para os pobres, mas é muito importante que a gente pense isso, é uma coisa nova. Nem sempre é fácil as pessoas se ajustarem a essas novas necessidades. Existir dentro de uma rede é a forma de existir hoje, é a forma de se ter informação rápida, de se ter uma possibilidade de atuação rápida e de se construir essa realidade que hoje é muito importante, que é o terceiro setor, mas que ainda não existe como uma personalidade é por isso que nós estamos tão preocupados com a formação de redes. Estamos realmente colocando bastante energia em programas que têm a capacidade de serem instrumentos dessa comunicação, e que eu acho que é uma coisa básica também para a nossa discussão de hoje com todos os que estão aqui presentes, que são velhos militantes do terceiro setor, ou da área governamental, que também é a parceira fundamental em tudo isso. Bom, dito isso, eu gostaria de abrir a palavra para quem quiser, ou responder as perguntas do Miguel ou colocar novas perguntas. Com a palavra o Ministro Sardenberg.

RONALDO MOTA SARDENBERG (Ministério de Ciência e Tecnologia)– Eu queria fazer alguns comentários. Em primeiro lugar, eu acho que um

ponto fundamental, básico nesse sentido, é esse da mudança da relação Estado/Sociedade Civil. O tempo passa muito depressa e a gente se esquece das condições que a Comunidade Solidária foi criada. Foi saudada com uma razoável dose de ceticismo dentro do país, digamos assim, é o mínimo, até por causa do passado, o passado que nos condena de certa forma de iniciativas terem se transformando em antros de clientelismo, que nós conhecemos muito bem. Essa fase do ceticismo só foi vencida justamente por causa desse grande número de iniciativas e dessa capacidade de mobilização que a Comunidade demonstrou. Eu creio o que está havendo, que houve efetivamente uma mudança de mentalidade no Brasil, e é muito ampla, talvez nenhum de nós tenha condição de totalizar a percepção dessa mudança porque ela é setorializada. Eu vou dar alguns exemplos do que foi feito no Ministério de Ciência e Tecnologia nos últimos anos, que é compatível, que se harmoniza com o esforço da Comunidade Solidária quando não está diretamente interligado. Primeira coisa que nós descobrimos no Ministério, que é um pouco isso que a Comunidade já descobriu: a idéia da parceria. O Ministério é uma casa de parcerias, na realidade, e esse é um aspecto que nós temos procurado explorar muito. Já temos uma parceria importante com a comunidade acadêmica e com os empresários. Eu acho que agora talvez seja o momento de abrir para um conceito mais amplo de sociedade. Claro que temos outras parcerias dentro do Governo, tanto do Governo Federal como em relação aos Governos Estaduais. Mas o que há de novidade mesmo é a institucionalização dessas parcerias, de gestões compartilhadas, inclusive, com a comunidade acadêmica e com a comunidade empresarial. Nós temos muitas linhas de ação que são, como disse, compatíveis com o que vem fazendo a Comunidade Solidária. Pouca gente sabe que a área sobre a qual dedicamos maior esforço é a área da saúde, das pesquisas relacionadas com saúde. Temos no Brasil 1.800 linhas de pesquisa nesse campo, que não é do conhecimento geral, as pessoas acham que não se faz pesquisa de saúde. No Brasil é a nossa área mais ampla de trabalho. A menção que a Dra. Ruth fez sobre internet é realmente um aspecto central do problema. A utilização de novas tecnologias, a questão da redução da exclusão digital é muito interessante. Nós já estamos no Brasil mobilizados muito para redução da exclusão digital internacional, mas às vezes, nós tardamos em aplicar por variadas circunstâncias, inclusive de ordem legislativa hoje em dia, o nosso programa de inclusão digital, de maneira que esse é um esforço que nós temos que fazer, manter no topo para que nós possamos realizar as possibilidades que são muito grandes de interconexão entre as diferentes comunidades desprotegidas no Brasil, e entre elas e a

sociedade como um todo e a economia como um todo. Outro programa interessante que nós temos, desde o ano passado, é o de ciência e tecnologia para as populações negras no Brasil. Esse programa é muito interessante primeiro porque produziu a interconectividade de todas as instituições que estão trabalhando com a questão negra no Brasil, coisa que não existia por incrível que pareça, inclusive realizou a primeira grande reunião via internet por esse caminho, mas também porque tem atividades que visam a facilitar o acesso das pessoas negras aos níveis mais altos de educação. É muito importante formar pessoas em diferentes campos, não apenas no campo da problemática da comunidade negra, mas indo além disso, no sentido que a integração entre nós seja mais perfeita do que é. Nós estamos reforçando muito o programa educação para a ciência, que deve se transformar no correr do ano que vem num programa de massa, muito mais do que hoje em dia, que abre horizontes para todos os estudantes, qualquer que seja o nível deles. Outro programa, programa de apoio à capacitação técnica, temos trabalhando com o Governo do Ceará, principalmente, mas em outras áreas, mas o maior programa de capacitação técnica, no caso realização de vocações técnicas existe no Ceará hoje: são trinta mil alunos. Temos colocado anualmente 150 bolsas de alta qualidade no Ceará. Esse programa poderia ser muito mais amplo em termos geográficos no Brasil, mas ele tem um custo realmente altíssimo. Fizemos a estimativa de quanto custaria a generalização desse programa no Brasil e é da ordem 850 milhões de reais por ano. Nós temos uma afinidade com a Comunidade Ativa no sentido que um dos programas do Ministério é justamente a descentralização, a desconcentração das atividades de pesquisa no Brasil, temos dado muita ênfase a esse aspecto. Um outro ponto interessante revela uma evolução, de presença territorial. Toda a tendência do Ministério, das atividades de ciência e tecnologia de maneira geral era de concentrar em alguns pontos chaves do Brasil, São Paulo, Rio e tal, e abandonar o resto como se o resto não fosse chave, e hoje em dia isso está radicalmente mudando. Agora, feitas essas observações, eu queria comentar muito rapidamente as três perguntas que o Miguel nos fez. Evidentemente não tenho condições de comentar em detalhes, mas acho que as três relacionam a idéia de sustentação desse esforço que está sendo feito a longo prazo, garantir-lhe sustentabilidade. Acho que isso pode ser feito de duas maneiras. Primeiro lugar, por uma institucionalização aqui e ali, onde for necessário, e segundo lugar, por esse esforço que já é feito muito claramente no sentido de mobilizar a sociedade como um todo, quer dizer ao se mobilizar a sociedade como um todo, a opinião pública, estamos mobilizando os representantes dessa sociedade, dos representantes legais da

sociedade, não apenas os membros da sociedade como assim se diz. É necessário fazer um esforço forte em termos da representação política, e especialmente no âmbito do Congresso de maneira a fortalecer do ponto de vista político, institucional esse esforço. No caso específico do Ministério, eu quero dizer que tenha muita simpatia pelas lições que o Augusto tirou, especialmente a lição nº 06, onde ele fala nas políticas de indução do desenvolvimento. Acho que está aí realmente uma chave, e o fato de que não há contradição entre políticas que necessariamente, pelos menos durante uma fase tem que ser assistenciais, creio que esse princípio 4 é muito interessante, e também o princípio 06 que eu acho que nós podemos caminhar, nós em termos de Governo, que é esse compartilhamento das tarefas de formulação e implementação de uma estratégia de desenvolvimento social. E perguntando isso, eu estou interrogando aqui, e eu mais tarde terei que responder a minha pergunta, não hoje, mas brevemente, se não é chegado o momento de no Ministério de Ciência e Tecnologia, nós programarmos ou para usar neologismos, “programatizarmos” as nossas atividades ligadas à ciência e tecnologia para o desenvolvimento social. Eu creio que esse pode ser um caminho, até para a mobilização dentro do Ministério que é um Ministério complexo, porque é uma constelação de instituições, notadamente além do Ministério, a FINEP, o CNPq. Precisariamos realmente ter uma presença de toda essa constelação do Ministério, mais claramente nesse esforço junto a Comunidade Solidária. Desculpe porque eu fui um pouco mais longo do que planejava.

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

– Muito obrigada. Gilda e depois o Merege, que pediram a palavra.

GILDA PORTUGAL GOUVÊA (Ministério da Educação) – Bom, rapidamente mais para compartilhar uma inquietação, porque a resposta realmente eu acho que não é uma resposta simples, falando do ponto de vista do Governo. Nós últimos três anos, o Governo através do que está convencionado, está trabalhando em programas universais de combate à pobreza. Seriam três: o mais antigo que é a erradicação do Trabalho Infantil, a Bolsa Escola e a Bolsa Alimentação, que são programas que chegam diretamente às pessoas, que passam, portanto, a receber aquele recurso mensalmente e, com isso, obviamente, é um programa volumoso, que exige muito recurso, com um impacto na economia local, na vida local, nas vidas das famílias, dentro das casas etc. Como todos programas desse tipo, ele tem dois grandes riscos,

além de todos os outros. Não se sabe a continuidade porque ele pode, para esse ano e para o ano que vem estar garantido. Um outro ano, teremos um outro governo, outras políticas, não sabemos como vai ser garantido. Além de serem programas que sempre levantam a discussão sobre como se dá a saída do programa, por que as famílias passam a depender daqueles recursos que muitos acham que é muito pouco, mas não é muito pouco para o cotidiano dessas famílias de baixíssima renda. E aí? Portanto, o que eu digo é isso: é compartilhar uma angústia – porque eu sinto assim. Do ponto de vista do governo, o esforço, até o fim desse mandato, será da operacionalização desses programas, que é imenso o esforço, e da fiscalização, de ver se ele está chegando mesmo etc. Eu não sinto que o governo vai ter fôlego de montar qualquer coisa em relação a isso: se relacionar com outros programas. Eu não tenho muita ilusão disso. Então, a questão é essa: o que podemos fazer ainda, pensando no futuro, com esse impacto, que é muito maior do que a gente imagina? Aliás –eu não sei se algumas pessoas assistiram –, a Rede Globo outro dia foi a um município que já recebe o Bolsa-Alimentação, o Bolsa-Escola e o Erradicação do Trabalho Infantil, e mostrou o que aconteceu neste município nos últimos quatro meses. O comércio praticamente triplicou, as casas comerciais, as vendas, os empórios, enfim. As farmácias, que eram duas, viraram quatro ou cinco. Um impacto, assim, realmente muito visível. E daí? O que nós podemos pensar na linha que o Miguel está propondo? Pensando lá na frente, o que a gente pode começar a fazer ou pelo menos mobilizar recursos de imaginação para que esses programas realmente tenham um desenvolvimento, que não sejam uma ruptura para essas famílias?

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

- Vamos colecionar algumas perguntas primeiro. Merege.

LUIS CARLOS MEREGE (CETS/Fundação Getúlio Vargas) –

Obrigado. Eu queria falar sobre duas preocupações. Uma com relação à área de educação e outra em relação à área fiscal. Como o Miguel colocou, alguns anos atrás, naquela primeira reunião, fizemos um levantamento sobre a área de educação. O Miguel está lembrado disso! Não existia, além dos cursos de assistência social no Brasil, uma área dedicada à questão da educação com relação a essa nova realidade do terceiro setor. E, passados todos esses anos – sete anos –, nós fizemos, há poucos meses, um levantamento com os CAT's da USP – a Rosa está aqui – e a nossa surpresa foi que nós

já temos no Brasil pelo menos 20 universidades e 18 centros de organizações não-lucrativas trabalhando com a temática da gestão, da administração, das organizações do terceiro setor, o que é uma realidade maravilhosa, pois cria uma possibilidade de novas profissões para os jovens, cria a possibilidade do fortalecimento do terceiro setor com parcerias entre as universidades e as organizações da sociedade civil. Isso vem acontecendo em larga escala em todo o Brasil, e nós ficamos bastante contentes em ver que muitas iniciativas partem dos próprios estudantes de criar centros de estudo do terceiro setor para, inclusive, pressionar a direção de universidades no sentido de serem planejados cursos voltados para essa área. A questão da educação, acho importante porque nela surgem novas áreas acadêmicas que necessitariam ser institucionalizadas. Acho que isso seria uma agenda importante em termos de batalharmos por novas áreas, por exemplo, no campo da administração. Seria uma terceira área da administração, voltada para as organizações do terceiro setor, e a administração sempre prestou um grande serviço a esse País nos momentos de grandes transformações, tanto na área pública, com a administração pública, como na área privada, com a administração privada. E por que não agora a área de administração prestar também um serviço à sociedade civil, formando profissionais para essa área? Então, acho que existe aí uma preocupação, uma nova discussão em termos de como poderíamos inserir nos currículos escolares uma mudança para que haja o tratamento dessa nova temática tanto da administração da gestão como também da responsabilidade social, empresarial, nas universidades. A questão fiscal é outra questão. Acho importante daqui para a frente pensarmos e discutirmos, inclusive para o fortalecimento do terceiro setor, da rede da Comunitas, a questão dos incentivos fiscais para a pessoa física e para a pessoa jurídica, que nós precisamos avançar muito. O Brasil está bastante atrasado nessa questão em relação a outros países. E essa é uma forma de opção cidadã de fortalecermos o terceiro setor através das opções entre pagar imposto ou dirigir os recursos para organizações da sociedade civil. É uma temática que é bastante polêmica e difícil de ser tratada, mas que é de importância fundamental para o fortalecimento do terceiro setor. Obrigado.

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

– Dona Zilda.

ZILDA ARNS NEUMANN (Pastoral da Criança)– Gostaria de dizer aqui uma coisa que já foi tocada. Realmente o Brasil está mudando bastante e eu penso que

grandes conquistas foram feitas, além das que foram expostas, a Lei de Responsabilidade Fiscal. A descentralização das verbas também é algo muito pautal nas áreas da saúde, da educação – que eu conheço mais – e também, como já foi falado, Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e PET, estão revolucionando as comunidades pobres no Brasil. O que eu penso que falta muito é que poderíamos fazer mais esforços, capacitar melhor os gerentes públicos, de base, que não sabem gerenciar, não valorizam. Eles estão muito atrasados, de maneira geral. As verbas são descentralizadas, mas não causam o impacto que poderiam causar. Muitas vezes, não é má vontade. É que realmente existe a falta de aptidões ou falta de capacitação. Outra coisa que poderíamos avançar muito mais é no controle social. Existem já, na área da saúde, os Conselhos de Saúde, mas ainda falta muita capacitação real para delineamento de políticas públicas intersetoriais. Penso que, como existem muitas coisas boas já sendo feitas, falta ainda centralizar o futuro do Brasil, como de qualquer país. Depende muito de como nós cuidamos da criança e do adolescente. Se nós pudéssemos centralizar programas para crianças e adolescentes dentro do seu contexto familiar e comunitário nos “bolsões” de pobreza... Aí falta água, falta segurança alimentar, que faz com que haja muita marginalidade, falta escola o dia inteiro para os jovens que deveriam estar na escola aprendendo música, arte e outras coisas mais. Evitaria-se muito problema com drogas e violências. Eu penso que, realmente, a prevenção não está assim tão visível. Vamos muito atrás do que ocorre porque o mal está feito, e não prevenimos quando já temos tecnologia e sabemos o que é isso. Na Pastoral da Criança, que foi criada há 18 anos, temos como objetivo formar rede de solidariedade humana, multiplicando o saber, em larga escala, das coisas simples e multiplicando a solidariedade humana. Mas sentimos muita falta, de maior agrupamento das diversas áreas que pudessem ajudar os “bolsões” de pobreza e miséria, principalmente nas grandes cidades e nas áreas rurais, onde existe uma emigração muito grande, que poderia ser evitada se nós concentrássemos um pouquinho mais de esforços na qualidade de vida, somando esforços. Obrigada.

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

– Obrigada Dona Zilda. Vilmar...

VILMAR EVANGELISTA FARIA (Assessoria da Presidência da República) – Vilmar Faria, da assessoria da Presidência. Eu queria aproveitar a intervenção do Miguel e chamar a atenção para dois pontos que me parecem essenciais,

muito embora o objetivo central desta discussão seja as ações do tipo inovador, de parceria. Acho que seria importante não descuidar de que isso se dá no contexto de uma ação estatal relevante e que a natureza dessa mesma, de uma certa maneira, condiciona. É um contexto importante para potencializar ou para dificultar esse tipo de ação. Então, tanto do ponto de vista do que mudou quanto do ponto de vista de quais são as questões estratégicas, acho que valeria a pena que esse conjunto de pessoas aqui, que têm uma experiência tanto governamental como não-governamental, chamasse a atenção para dois ou três pontos que são estratégicos, e eu me permitiria lembrar dois ou três que me parecem importantes. O primeiro, já se mencionou aqui. Também há um enorme avanço nos últimos seis ou sete anos no que diz respeito à posteridade fiscal, certo? No que diz respeito às contas públicas, no que diz respeito ao manejo do dinheiro público, não só do ponto de vista da ação governamental mas, sobretudo, creio eu, do ponto de vista do reconhecimento por parte da sociedade desse princípio de gestão como um princípio defensável e como um princípio necessário. Acho que esse é um ponto fundamental de se mencionar, de se discutir. O segundo, que é uma concretização disso para o plano do gasto, do investimento social, também acho que houve uma enorme mudança. Se nós lembrarmos, há oito ou nove anos atrás, a única recomendação de política social que se ouvia era que se tinha que gastar mais. Hoje, essa questão certamente já está muito melhor processada pelo governo, pela sociedade civil, no sentido de que não necessariamente colocar mais dinheiro quer dizer maior eficiência. Eu suponho que insistir na reestruturação do gasto é como uma tarefa em andamento, mas ainda importante no futuro, é fundamental. Eu dou uma cifra para ilustrar isso. O Governo Federal tem hoje programas de transferência direta de renda, isto é, programas que transferem renda para as famílias, sem que isso tenha se baseado numa contribuição prévia da ordem de 25 bilhões de reais por ano. Se vocês compararem essa cifra com as cifras que o Augusto deu, perceberão a magnitude disso. São 25 bilhões de reais por ano, que mensalmente são transferidos monetariamente para as famílias. Eu me refiro à aposentadoria rural, ao seguro desemprego, LOAS, ao Bolsa-Escola etc., que se você colocar tudo isso junto, são 25 bilhões de reais. O déficit da previdência do setor público, hoje, ou do conjunto do setor público, é da ordem de 50 bilhões de reais. Quer dizer, o dobro dos programas diretos de transferência de renda. Ainda existem questões de reestruturação do financiamento dos benefícios do setor social extremamente importantes, extremamente difíceis, complicadas, que precisam ser meditadas, precisam ser tocadas. Estou dando essas ordens de magnitude para se entender, enfim, o tamanho

dos problemas. E, a terceira observação que eu queria fazer, talvez já tenha sido mencionado isso aqui de uma forma ou de outra, mas eu queria enfatizar porque me parece extremamente importante. O Miguel mencionou isso, a Dona Zilda mencionou isso, que é a importância dos programas de caráter universal do setor público, estatal. Eu me refiro, fundamentalmente, aos programas de educação, saúde, previdência básica etc. Ou seja, esta ação terá tanto maior potencialidade quanto melhores forem esses programas. Não é apenas uma questão de que não há conflito entre uma coisa e outra, é que o Estado, na minha opinião, não pode fugir das suas responsabilidades que só ele pode fazer. Existem algumas coisas que só ele resolve. Às vezes, você é tentado ao modismo de fazer coisas que são muito interessantes, mas que estão fora de lugar. Não cabe ao governo central fazer certas coisas que são extremamente importantes do ponto de vista de ação da sociedade civil, como não cabe atribuir à sociedade civil e às parcerias a responsabilidade por coisas que são responsabilidades intrínsecas do Estado, especialmente de um Estado contemporâneo, moderno. Esses pontos, eu compreendo, não constituem o objeto central dessa discussão, mas no entanto... Eu presumo que existam riscos na área da ação estatal que cabem a uma discussão desse tipo, de chamar a atenção para esses riscos. Por exemplo, se você volta à anarquia fiscal, certamente isso prejudica bastante uma iniciativa desse tipo. Se você não avança na reestruturação dos benefícios, o limite fiscal para expandir o gasto é insuperável. E, se você deixa os programas de caráter universal ou, sobretudo, se você não melhora a qualidade dos programas de caráter universal, essa tarefa se torna difícil. Você tem que começar todo dia para uma coisa que à noite é erodida. Acho que eram esses três pontos, como a minha experiência atual, uma experiência de governo, eu achei que seria útil trazer isso à tela de juízo.

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

– Eu já tenho aqui muitos inscritos, mas eu acho que vale a pena fazer uma interrupção – o Augusto quer responder algumas questões e eu também quero responder a essa provocação do Vilmar, porque é muito importante. Agora eu acho que o fato de nós juntarmos aqui governo e sociedade civil tem exatamente esse objetivo, porque é preciso que dos dois lados, quer dizer – concordo inteiramente, todos nós concordamos –, que foi exatamente o contexto novo destes anos de governo que criou programas que nunca existiram de colaboração com a sociedade civil, como o programa do Ministério do Trabalho, como o da AIDS, (o da AIDS já existia), mas quer dizer, que

impulsionaram essa relação, e é isso que a gente quer mostrar: os resultados positivos. Mas aí nós precisamos também de uma mudança em nível de governo, de compreender que a sociedade civil é um aliado para esta continuidade. E é aí que a mobilização da sociedade civil, a rede da sociedade civil, é um instrumento também de mão dupla, e eu acho que é nisso que nós temos que, realmente, pensar sério, tanto do lado da sociedade civil quanto do lado governamental. Quer dizer, quais são essas alianças e parcerias que podem ser garantias da manutenção de algumas políticas fundamentais? Você quer dizer alguma coisa?

AUGUSTO DE FRANCO (Conselheiro da Comunidade Solidária) – Eu queria falar nada substantivamente, mas uma preocupação só com o nosso debate. Dizer que é difícil numa discussão tão curta responder às perguntas que o Miguel sugere e mais outras questões extremamente relevantes que foram levantadas aqui por todos e, por último, pelo Vilmar. Eu acho que há uma necessidade dos atores, assim como a Comunidade Solidária colocou coisas que vem fazendo e lições que tirou disso, há uma certa necessidade dos atores de dizerem o que estão efetivando também. Infelizmente, o nosso tempo é curto para isso, então temos que fazer uma abstração das ações que cada um de nós está realizando e os motivos pelos quais estamos construindo isso, e tentar concentrar o restante aqui do nosso tempo no debate em algo que possamos fazer de novo daqui para frente. Acho que é um desafio que talvez seja pedir demais, mas nós não temos saída. Temos que fazer isso, porque é uma excelente oportunidade que eu creio que não devemos perder aqui. Apontar algumas pistas, vamos dizer assim. Em geral, as coisas que nós temos conversado aqui, nos últimos quase sete anos, têm dado algum fruto. Um pouco do histórico que eu fiz no início mostra isso. Quer dizer, a nossa conversa não tem sido uma conversa que se esgota. Nós temos tirado algumas coisas que valeram a pena dessas conversas. Novas leis, novas regulamentações, novos programas, novas orientações que hoje estão sendo praticadas. Então, eu creio que nós não seríamos, de modo algum, ociosos em soltar agora um pouco da nossa imaginação criadora e, à luz do que foi colocado tanto pela mesa como pelos participantes que já falaram, sugerir coisas novas, desafios novos, coisas nas quais deveríamos entrar agora decisivamente, fortalecendo. Eu tenho certeza de que nós teremos alguma condição de alavancar essas coisas. Por isso, eu faço esse apelo e essa insistência.

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

– Bom, vamos continuar aqui a nossa conversa, eu tenho o Agop, mas eu não o vejo neste momento. Bom, então eu passo a palavra à Rebeca, que é a que está inscrita, e depois eu volto ao Agop.

REBECCA RAPOSO (GIFE) – Rebecca Raposo, Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. Pensando nas suas perguntas, Miguel, eu concordo com o Augusto, não dá para respondermos hoje, não é? Elas são bastante audaciosas, mas você tocou num ponto e eu acho que o GIFE vem trabalhando nisso e a sua rede tem discutido muito sobre isso, que é a importância de nos aprofundarmos nas questões do marco legal, que não conseguimos resolver na primeira rodada; em particular, no que se refere ao financiamento da área social como um todo. Eu acho que precisamos continuar trabalhando em alguns mecanismos fiscais que possam agilizar, intensificar o fluxo do capital privado para a área social, porque hoje é um fluxo ainda muito abaixo do que pode ser e do que a gente avalia que pode ampliar. E, queria concordar também com o Ministro Sardenberg no sentido dessa representação política, dessa aproximação com o Congresso, de que uma estratégia de avanço para os próximos anos talvez seja uma aproximação política de fato, que essa articulação, que esses vários atores podem construir com o Congresso, não só na perspectiva da melhoria do marco legal, fiscal e tributário, mas num processo educativo mesmo. E aí encerro, fazendo a minha última sugestão, que não seria de gerenciamento, Miguel, porque eu acho que não dá para pensar nisso agora, mas uma nova estratégia de inserção desses atores pós essa intervenção que foi feita aí. Olhando por esses últimos sete anos, eu recomendaria que nós pensássemos numa estratégia de comunicação ampla, que fosse uma estratégia pedagógica mesmo, educativa, porque agora nós temos um caldo propício, um ambiente onde as organizações, as articulações e as parcerias crescem, e um programa, um projeto, uma estratégia de comunicação ampliada pode impulsionar, pode dar uma velocidade significativa a essa nova etapa.

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

– Obrigada, Rebecca. Agop!

AGOP KAYAYAN (Conselheiro da Comunidade Solidária) - Eu queria fazer um comentário específico, é uma crítica. Talvez, nos últimos dez anos, uma das

grandes mudanças que aconteceram, eu acredito, na área social, foi a criação de parcerias. Foi uma mudança muito dramática, e um dos atores que mais influenciou nesta mudança foi o Comunidade Solidária. Essa coisa de juntar foi a preocupação principal. O crédito vai para as organizações governamentais e as não-governamentais, sociedade civil e governo. Mas o problema, suponho, é que essa mudança não foi suficientemente documentada e divulgada; e acredito que isso, se for feito isso, teria dois grandes benefícios. Uma delas é no lado externo: existem muitos preconceitos com relação ao Brasil e à América Latina também, e aqui se estão gerando alguns conceitos que realmente são novos, que outros países, mesmo industrializados, não experimentaram essa escala. Os Conselhos da Criança, Saúde e Educação são mecanismos realmente transformadores. Não é uso de palavras grandes, é realmente revolucionário. É uma mudança muito significativa. São mudanças concretas e que estão acontecendo. Existem conselhos, sociedade civil discute com o governo, o governo discute com a sociedade civil. Às vezes, trabalham juntos; às vezes, não trabalham juntos... mas existe o diálogo. Porém, não temos uma documentação concreta que demonstre isso e não temos uma divulgação disso. Então, em termos de imagem do País, é muito importante que isso seja feito. Mas a segunda razão por que é importante. Eu acho que Comunitas ou a Comunidade Solidária, eventualmente, seria bom que haja mais recursos, também. Próprios. E mais recursos próprios vêm de uma imagem positiva, quer dizer, sem uma imagem positiva, não há recursos. E criar essa imagem é um processo lento. Toma tempo e vai ser muito suspeito. É suspeito por razões óbvias. A Dra. Ruth é Presidente da Comunidade Solidária, representa a sociedade civil, mas as pessoas dizem: “Não. Mas ela é Governo! Será que isso não é uma coisa do Governo?”. Então, tudo isso tem que ser superado gradualmente, lentamente, passo por passo. Imagino que sentimos isso, mas é razão a mais para que essa divulgação comece logo e de uma maneira muito sólida. Não é aquela divulgação: “Ah, estamos fazendo maravilhas!”, não. É divulgação concreta, específica, precisa, com dados, mostrando os lados fortes e negativos porque o saldo, no final, é muito positivo.

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

– Obrigada, Agop. Francisco Azevedo!

FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA AZEVEDO (Instituto Telemig Celular)- Francisco Azevedo, do Instituto Telemig Celular. O Miguel, agora há pouco,

falou sobre uma participação das empresas, do mundo empresarial, que têm contribuído, é um diferencial que tem contribuído com o desenvolvimento social nos últimos anos, e todas as pesquisas apontam que existe já um sentimento no mundo empresário, entre os empresários, de que é preciso participar. Então, eles já fazem alguma coisa, mas uma coisa que falta é qualificar mais a ação das empresas. Isso é o que nós percebemos. Temos, no Brasil, dois grandes movimentos importantes, que é o GIFE, que congrega grandes empresas, institutos e fundações que já fazem um trabalho social bem estruturado, focado, voltado para resultados. Posteriormente, foi criado o ETHOS, que também congrega um grande número de empresas – mais de 400 empresas – mas procura trabalhar de uma forma mais ampla. A questão da ética nos negócios. O que a gente percebe é que tem um espaço vazio que precisa ser ocupado daquelas empresas que querem começar a fazer um trabalho social mas ainda não têm como, não têm onde recorrer. Recentemente, também foi lançado um programa, Ação Empresarial pela Cidadania, que tem o apoio da Fundação Kellogg, que é um trabalho significativo, mas, na verdade, esse Brasil é uma imensidão, e é muito difícil você ter uma estrutura que tenha capilaridade para chegar a todas essas empresas. E a gente percebe que as empresas ainda estão “naquela”! As próprias pesquisas mostram, ainda, a questão de repasse de recursos financeiros para o terceiro setor. As empresas têm muito mais a fazer que simplesmente repassar recurso. Elas têm que colocar a sua rede de relacionamento a serviço do desenvolvimento social, colocar os seus fornecedores, colocar também os seus empregados e o seu poder de influência. Então, é necessário trabalhar-se mais essa questão com as empresas. E o que se precisa fazer também é criar pontes entre empresas e o terceiro setor. Às vezes, o terceiro setor não entende muito bem o mundo empresarial, como o mundo empresarial não entende muito bem o terceiro setor. É necessário que se crie pontes entre esses dois setores e talvez uma ação que pudesse ser feita em conjunto pela Comunidade Solidária. Nós temos aí duas experiências interessantes: na Federação das Indústrias de Minas Gerais foi criado o Conselho de Cidadania Empresarial e no Rio foi criado o Conselho de Responsabilidade Social Corporativa, em São Paulo está se criando agora. Talvez se a CNI pudesse assumir, criar e estimular todas as federações para que criassem essa estrutura interna, acho que isso a gente aproveita de uma estrutura que já existe, que está aí, e o simples fato de uma federação assumir para si uma responsabilidade de discutir essa questão, presumo eu, já seria um grande avanço. Eu gostaria de colocar um ponto que o Merege fez a respeito de incentivos fiscais. Na verdade, a área de cultura está bem servida de

incentivos fiscais. Na área social, praticamente inexistem, e o pouco que existe nós temos dificuldade de utilizar. Por exemplo, a destinação de 6% do Imposto de Renda devido para o FIA - Fundo para a Infância e a Adolescência, o que algumas empresas têm feito? Têm procurado antecipar o dinheiro, o depósito para os seus empregados, para que os empregados paguem a ela na devolução do imposto de renda. Mas o que está acontecendo? Está acontecendo que - eu não sei se coincidência ou não, a gente não sabe - as pessoas que têm destinado recurso ao FIA, a restituição tem ficado para o último lote; então nós, por exemplo, na nossa empresa, já estamos com dificuldade esse ano. Eu não declarava que recebia sempre no início, agora eu estou ajudando o FIA, o fundo, estou transferindo recurso e até hoje não recebi a minha declaração. A minha devolução está ficando lá para o final, o último lote, quem sabe vai até para a malha fina! O pouco que temos dificuldade para usar, então, é necessário que se trabalhe um pouco essa questão.

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

– Muito obrigado. Anna Peliano!

ANNA PELIANO (IPEA) – Retomando a provocação, as sugestões para pontos de debate do Miguel, se tem sentido ainda para se falar sobre uma agenda de fortalecimento, eu acho claro que tem. Inclusive, de continuar nessa agenda e de ampliar essa participação, mas cada um já falou um pouco. Eu acho, Miguel, que se fôssemos nos centrar em alguns pontos que se deveria trabalhar, a questão da mobilização, comunicação... Temos percebido, inclusive, nos estudos do IPEA, que é fundamental a capacitação, parceria são três pontos que têm sido muito destacados. Como se deveria trabalhar essa questão de fortalecer a participação - e aí eu estou falando muito da participação do setor privado e nessa questão de parceria, eu acho que, sem dúvida, o Comunidade Solidária avançou muito. Nesses avanços que você colocou, deveríamos aprofundar um pouco mais, porque os programas do Comunidade Solidária, do Conselho da Comunidade Solidária, adiantaram-se nessas parcerias. Suponho que ficou um motivo bem específico. Pegou-se a causa da educação e isso foi muito importante para o setor privado, a questão de um desenho claro e com metas objetivas, observamos quando as empresas dizem que participaram de um programa de parceria. Elas citam, por exemplo, capacitação solidária, ou alfabetização solidária, mas elas ficam muito satisfeitas em poder dizer assim: “Nós contribuimos para alfabetizar tantas crianças,

para capacitar tantas...” Esse instrumento, essa forma de trabalhar, dando possibilidade de dar um resultado concreto, que cada um possa divulgar, estimula muito a questão da parceria, desse trabalho conjunto, que não é fácil. Tem tido os avanços, mas é difícil fazer. Nós deveríamos explorar o que há em comum neles todos: a causa, a transparência, a facilidade em identificar custos, é ter metas específicas e legitimidade; pois, muitas vezes, as empresas vão muito por um programa que tem a visibilidade, legitimidade, credibilidade, porque há um medo muito grande de se associar a um programa que amanhã venha a ter um problema de desvio, escândalo, e isso pode prejudicar mais que ajudar. Sobre a questão dos incentivos fiscais, temos ouvido muito “por que não para o social incentivos semelhantes aos da cultura?”. Sabemos de todas as dificuldades, mas pelo menos esse é um ponto a ser debatido do “por que não?”, pois eu acho que o espaço da Comunidade Solidária, nessa questão - e isso tem sido uma proposta muito recorrente, usar os mesmos instrumentos dos incentivos das culturas fiscais para os incentivos da cultura... E a Dra. Ruth retomou um ponto da parte da parceria Governo. O que é engraçado é que as empresas estão fazendo muito mais parceria com o Governo do que assumem ou tendem a assumir de princípio. Há, às vezes, um preconceito muito grande com a questão dos programas governamentais. Acha-se que são muito burocratizados, pouco transparentes, que não são conhecidos... Para mim, também há uma agenda a ser trabalhada dentro do âmbito do Governo que é maior conhecimento do que se está fazendo no setor privado - perdeu um pouco este, pois há um preconceito de parte a parte. Acho que a Comunidade Solidária já avançou muito; foi dado um impulso muito grande nessa direção, mas ainda há uma resistência muito grande. Reclama-se muito da falta de transparência no setor governamental. Você põe um recurso num programa governamental, mas você não sabe para onde vai, o que acontece, o que é feito. Capacitação, transparência e mobilização, também dentro do setor governamental, seriam importantes para facilitar essa abertura e essa parceria Governo e Sociedade. Muito obrigada.

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

– Concordamos com tudo, estamos na mesma dificuldade. Leo Voight!

LEO VOIGHT (Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho) – Eu também tentaria responder, pelo menos duas perguntas colocadas pelo Miguel Darcy. A primeira é que realmente eu vou fazer caixa de ressonância aos que me antecederam. A questão

do incentivo vem, em primeiro lugar, coroar a estratégia da lei 9.790, que está inacabada e que precisa de uma lei-espelho que venha concluir a brilhante tarefa feita até então. Além disso, é necessário reconhecermos que o patrimônio humano, as crianças, os adolescentes, os idosos, os pobres no Brasil devem ter o mesmo tratamento do Estado e do ambiente fiscal e legal que o patrimônio histórico e cultural tem. No mínimo, eles têm a mesma importância para a nação que a cultura, e é isso que precisa receber alguma proporcionalidade no que diz respeito ao ambiente minimamente favorável ao investimento de pessoas físicas e pessoas jurídicas na área social. Terminaria dizendo sobre esse item um dado que eu acho que é conhecido da maioria: o levantamento do GIFE no ano 2000, tendo por base 47 fundações e institutos associados, permitiu chegar à conclusão que elas investiram no ano de 2000 593 milhões de reais na área social e cultural – isso, com base em 47 associados do GIFE. Só queria lembrar que o GIFE é uma associação que não tem associados no atacado, tem um rígido código de ética que, para se associar, tem que se considerar, em boa parte, esse código, que é bastante rigoroso para os padrões brasileiros. Inclusive, ele é até criticado por este excesso. Então, é uma boa base de dados para fazermos algumas reflexões. 593 milhões de reais significou que 96% desses recursos não foram utilizados em nenhuma forma de incentivo ou benefício fiscal de qualquer natureza, ou seja, de fato, já existe uma significativa consciência ética do empresariado brasileiro. A pergunta que nos fazemos é: “se houvesse um ambiente minimamente favorável, o quanto isso alavancaria esse recurso, que tamanho teria se nós tivéssemos um ambiente minimamente favorável?”. Porque, de fato, há um grau de comprometimento relevante, e os 4% utilizados em benefício e incentivos fiscais são exatamente os da área da cultura, reforçando esse diagnóstico. A segunda questão que eu gostaria de propor aqui, de complementar e também já fui antecedido aí, sobretudo pela Anna Peliano - que é a questão de qual importância tem o fortalecimento da sociedade civil daqui para frente. Eu creio que não resta dúvida sobre a grande relevância disso. O Brasil é um país que, passada a época da ditadura, vem fortemente avançando no esforço - seja do Estado, seja do conjunto da sociedade - que eu chamaria de descentralização e desconcentração. A descentralização e a desconcentração das receitas, da riqueza, do poder, mas, sobretudo, a partir da Constituição de 88. A descentralização e a desconcentração das responsabilidades, se de fato nós acreditamos nesse marco do Brasil para resolver toda a agenda que persiste do subdesenvolvimento e que tem que ser enfrentada pelo conjunto da sociedade, estado, primeiro, segundo e terceiro setor, todos juntos...é de fato que temos que avançar ainda

mais nessa questão da desconcentração das responsabilidades. O terceiro setor é um ator muito jovem nesse processo, não são jovens as instituições que lá dentro estão, muitas delas são centenárias - no caso do Brasil, a Igreja Católica - são mais que bicentenárias, mas novo, sem dúvida, é o papel protagonista que elas passam a assumir, o novo é a atribuição que a própria lei lhes dá, novo é o olhar que a sociedade e o Estado lançam para esse terceiro setor, não obstante, esses atores sejam, em alguma medida, antigos. Jovem é o papel, novo é o papel que eles passam a desempenhar nesse novo marco. Por isso, o fortalecimento não só deve continuar, como, ao meu juízo, estamos nas primeiras etapas de fortalecimento e um dos grandes acertos da Comunidade Solidária foi exatamente ter entendido esse processo e ter investido nessa área. Por favor, não vamos interromper isso! Ao contrário, vamos fortalecer esse grande esforço. Insistiria em um segmento que está aí há muito tempo, ainda assim, muito jovem é o seu papel. Eu me lembro, para encerrar, do art. 227 da Constituição de 88 - constituição cidadã de fato, no que diz respeito a seus capítulos dos direitos sociais, podemos criticá-la do ponto de vista dos seus artigos políticos, artigos econômicos, mas na questão dos direitos sociais é uma das cartas mais avançadas do mundo, e nós temos que relembrar isso a cada instante e não esquecer que essa é uma carta que resultou de um grande esforço da sociedade e deve ser preservada, ampliada e fortalecida. O artigo 227, referindo-se aos direitos da infância, diz que “é dever da família, da sociedade e do Estado garantir todos os direitos da infância”. Nós não podemos esquecer dessa ordem de prioridade que o espírito do legislador colocou ali e que expressa, em grande medida, a aspiração da sociedade. Não mais uma sociedade que aguarda que o Estado tudo por ela faça, mas que, inclusive, estabelece uma ordem de prioridade no que diz respeito à responsabilização do atendimento às necessidades básicas de si mesma. Obrigado.

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

– Obrigada, Leo. Eu vou ter que pedir - tem uma longa lista de inscitos - que as pessoas sejam um pouco mais concisas ao falar. Tenho agora o Ricardo Ribenboim, depois a Carminha, a Leona.

RICARDO RIBENBOIM (Instituto Itaú Cultural) – Eu vou começar sendo rápido, pedindo para dividir uma angústia. Se tivermos em conta o fato de estabelecermos uma ordem de prioridades, o que a gente tem que eleger? Hoje falamos muito de inclusão, mas, sem dúvida, temos que retomar outras questões, como a

inclusão educacional e a inclusão cultural no seu sentido mais amplo. Se nós compararmos os dados das necessidades da inclusão digital com as necessidades que se tem hoje de apoio à produção do artesanato brasileiro, vamos ter um número muito parecido com o do que já se alfabetizou. Esses 2,3 milhões de alfabetizados são um número muito semelhante ao universo do artesão brasileiro. Presumo que nós devemos tomar um certo cuidado com relação à bandeira que se levanta, a inclusão digital, e à bandeira que se deve levantar nas outras áreas que precisam ser incluídas e talvez pensemos onde é que está a prioridade. Uma outra questão que eu acho importante colocar sobre o ponto de vista da comunicação é o fato de se estabelecer também alguma ordem de comando. Você tem coisas que vêm do primeiro setor, do segundo, de um terceiro setor...e isso é importante que esteja claro também para não criar sobreposição e erros de números, que são importantes nas devolutivas dos processos de parceria. E, por fim, um exercício que o Itaú Cultural vem fazendo, que é um trabalho junto ao Ministério da Educação, é o de colocar a arte da porta principal de entrada na escola, em um trabalho de parceria com o ensino médio atuando em 1.500 escolas, o que deve dar um universo maior de 1 milhão de estudantes pensando e trabalhando a questão não só da história da arte, mas da criatividade como um aspecto a ser aplicado em qualquer opção profissional.

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

– Carminha!

MARIA DO CARMO BRANT DE CARVALHO (Conselheira da Comunidade Solidária) – Bom, o que eu estou querendo é ver se falo bem rapidinho. Eu estive muito presente nesse Conselho, afinal estou há sete anos e percebo o quanto avançamos na idéia e concordo com o Agop: o Conselho da Comunidade Solidária apoiou, ajudou, estimulou e consolidou, de uma certa forma, essa idéia mais ampla, mais extensiva em todo Brasil da parceria, da articulação e de um desenho de programa que já envolve essa gestão compartilhada entre Estado, sociedade civil e iniciativa privada. Sem dúvida nenhuma, temos um significado muito grande nessa história do próprio Conselho, nessa história recente do Brasil. Agora, quando se trata de refletir a questão que o Miguel coloca, ainda precisamos fortalecer a sociedade civil? Sim. E quando vejo esse desenho de rede aqui estampado, parece-me que, nesses sete anos, contaminamos esse Brasil através das várias iniciativas, especialmente Alfabetização

Solidária, Capacitação e Universidade Solidária. Estivemos presente nesse território todo. Nós contaminamos esse lugar com todas essas iniciativas e esses desenhos de programa e gestão compartilhados. No entanto, acho que contaminamos mais. Neste novo momento, é fundamental adensar essas competências nesse Brasil inteiro! Esse Brasil é continental. Talvez porque eu viva numa universidade, sei o quanto é o preconceito e a desconfiança realmente no que o País avançou, em termos de política social; isso ainda é muito grande. Há uma dúvida eterna em relação ao Estado, eterna em relação à iniciativa privada, se eu estou na sociedade civil e vice-versa, se eu estou na iniciativa privada ou no Estado. Nós só podemos avançar a idéia de gestão compartilhada, e só podemos avançar a idéia da parceria se começarmos a criar. E, então, essa questão da comunicação vai para longe, não sei, teria que aprofundar essa questão com uma pedagogia que mexesse nessa cultura da desconfiança entre esses três parceiros; se não, eu não adenso absolutamente nada. Quando eu vejo um Brasil com 5563 municípios, se não me engano, e 90% desses municípios já têm conselhos na área da política social, é extremamente necessário, agora - como eu vou contaminar de fato e adensar competências nesses conselhos – que, em última análise, é a expressão capital e social que temos, e expressão dessa parceria e dessa gestão compartilhada que queremos. É necessário reforçar a idéia que precisamos pegar neste desenho enquanto rede. Talvez não só pensar nos programas de *per si*, mas como estes programas de *per si* podem adensar competências nesse território imenso e fortalecer o capital social. Obrigada.

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

– Leona, não sei se todos conhecem, é uma pessoa que é brasileira adotiva, que viveu no Brasil muito tempo, depois foi funcionária das Nações Unidas e agora resolveu dedicar o tempo dela outra vez ao País. Então, você conta a sua história.

LEONA S. FORMAN (Brazil Foundation) – Obrigada, Ruth. Primeiro, eu queria agradecer por esse convite de vir participar aqui, nessa reunião incrivelmente interessante para mim e que venho acompanhando de tão longe o que o Comunidade Solidária, o Conselho do Comunidade Solidária está fazendo no Brasil. Eu estou fora do Brasil há mais de 30 anos. Antes disso, fui jornalista do Jornal do Brasil, O Globo e trabalhei na área de informação das Nações Unidas durante vinte anos, trabalhando com ONGs no mundo inteiro. E nessa experiência vi como é difícil captar recursos para as

organizações não-governamentais, seja no Brasil ou em qualquer parte do mundo. A ONU tem um regulamento que com 60 anos seu trabalho termina lá, mesmo que você tenha toda a energia de continuar. Decidi então aplicar essa energia numa idéia que tive e que discuti com a Dona Ruth, com as pessoas em Nova York, de criar uma instituição, uma organização não-governamental sem fins lucrativos para captar dólares tributáveis da comunidade brasileira, uma comunidade que está crescendo de uma maneira quase que semelhante ao ritmo do crescimento do terceiro setor aqui no Brasil, nos últimos quatro anos principalmente. É uma comunidade de jovens profissionais trabalhando em bancos, em casas de investimento, em escritórios jurídicos, no comércio, na academia... São jovens que estão fora do Brasil e gostariam de estar participando de uma forma ou outra naquilo que eles sentem estar sendo desenvolvido aqui no País. Fiz uma pequena pesquisa, o entusiasmo foi muito grande, e hoje, exatamente hoje, faz um ano que nós tivemos a nossa primeira reunião com 17 pessoas, 16 das quais me mandaram e-mail no dia seguinte dizendo que queriam trabalhar com a *Brazil Foundation*, a Fundação Brasil, que nós criamos. Ouvi muito aqui a menção da palavra “ponte”, da palavra “parceria”, de necessidade de engajamento, de envolvimento total no objetivo que é comum a nós todos, um Brasil melhor para todos. E o que nós estamos fazendo, começamos este ano, é proporcionar a essa comunidade brasileira em Nova York e que não tem informação muito direta sobre o que está acontecendo aqui, através de uma série de palestras que chamamos “idéias que transformam o Brasil”, uma apresentação sobre o trabalho que está sendo desenvolvido aqui na esperança de que, conhecendo e sabendo o que ocorre, esses jovens, essas pessoas, essas instituições brasileiras ou aquelas corporações interessadas no Brasil, trabalhando no Brasil, sintam-se mais caritativos, de certa forma, mais participantes com recursos e que eles teriam o benefício de abater do imposto de renda nos Estados Unidos, porque as leis daqui não permitem às pessoas, como foi dito antes, aos indivíduos e às pessoas jurídicas abaterem doações para fins sociais. Nos Estados Unidos, é permitido. Esse incentivo fiscal foi o que deu origem, de certa forma, às grandes fundações como a Ford, a Kellogg, a Macarter e todas elas. Então, esse é o trabalho que nós estamos desenvolvendo lá. Eu tenho imenso prazer em conhecer um número de vocês e de ter essa oportunidade de conhecê-los hoje. E gostaria que olhassem o nosso *website*, que é www.brazilfoundation.org, onde vamos colocar todas as atividades que estamos fazendo e convidá-los a participar do lado de cá – eu não falei que os recursos que vamos captar vão para projetos no Brasil, na área de educação, saúde, direitos humanos,

cidadania e cultura. E espero que a nossa parceria, a nossa ponte “transfronteira”, (não sei como se diria), transnacional, funcione. Eu acho que é uma iniciativa nova e bastante única nos Estados Unidos. Então, conto com o apoio de todo o mundo. Obrigada.

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

– Embaixador Fernando!

FERNANDO SILVA ALVES (Fundação Vale do Rio Doce) – Bom dia a todos! Eu sou Fernando Silva Alves, Diretor da Fundação Vale do Rio Doce. A esta altura, temos que ecoar o que muitos disseram. Mas, de qualquer maneira, em atenção ao que o Augusto nos solicitou para que disséssemos alguma coisa sobre o que fazemos e em atenção ao que solicitou a Dra. Ruth de que sejamos breves, só vou dizer o seguinte: nós trabalhamos na área da educação e, por isso, somos uma empresa, talvez a empresa que mais contribui para o Alfabetização Solidária e para o Capacitação Solidária. São áreas de educação que nós julgamos básicas, muito embora nosso maior investimento seja na educação elementar, e tenhamos educação ambiental, esportiva, musical, o que seja. Eu gostaria de dizer que nós fazemos parcerias, sim. Procuramos fazer sempre parceria, seja com o governo municipal, seja com o governo dos Estados, e também com o Governo Federal, com entidades do Governo Federal. Nós não podemos fazer intervenção como uma empresa privada em nenhum nível que não esteja contando com a parceria de quem tem a obrigação formal de fazer essa coisa. Nós não podemos entrar em um município, como Catas Altas, em Minas Gerais, e dizer que vamos lá fazer a aplicação de um projeto de desenvolvimento da qualidade de ensino sem contarmos com a anuência e com a parceria e cumplicidade da Prefeitura Municipal. Não podemos, também, fazer coisas sem a parceria e a concorrência das ONGs com as quais trabalhamos. Nós somos uma fundação muito pequena em número de pessoas e não podemos fazer, não executamos os programas. Nós apenas sabemos o que queremos, contratamos quem é capaz de fazer e fiscalizamos não só a aplicação correta das verbas que utilizamos, mas especialmente se estamos conseguindo o fim social buscado. A questão da melhoria da legislação fiscal é realmente muito importante não apenas para as empresas - muito embora a minha empresa, no caso específico, não se beneficie de nada a não ser o fato de que as contribuições que ela faz para a sua fundação são deduzidas como despesas operacionais. Agora, é preciso que haja um incentivo maior no lado fiscal, especialmente para as pessoas físicas. Francisco, tenho a

maior simpatia, o maior apreço pelo que você disse, porque não só a Fundação Vale do Rio Doce sofre do mesmo problema, como eu, Fernando, como pessoa física, já tive a minha declaração de imposto de renda do ano passado, até hoje eu não recebia a devolução devida e só posso atribuir a esse fato. Este ano, eu resolvi não declarar, não deduzir o que eu havia feito de doação como indivíduo, e já recebi a restituição. Nós estamos com a mesma dificuldade com aquelas pessoas que nós financiamos a doação deste ano, mas, felizmente, isso não nos derrotou e já estamos em pleno andamento para a versão 2001 do nosso projeto “Vale Criança”. Agora, enquanto o Estado não se der conta de que isso é importante, porque nós, no fim das contas, estamos nos valendo do dinheiro do próprio Estado. Ora, o Estado, se está dando esta vantagem, ele tem mais é que fiscalizar bem, não impedir que as pessoas façam essa aplicação no social! As pessoas físicas ou jurídicas. Finalmente, eu gostaria de comentar a questão dos Conselhos Regionais que estão se estabelecendo na FIRJAN, no Rio, na... Qual é a outra? Na FIEMG! E vamos ver se a FIESP agora nos traz um também. Eu gostaria de dizer o seguinte: as Câmaras americanas de comércio, aqui no Brasil, também já têm os seus Conselhos. Isso é importante porque elas estão divulgando entre as empresas esta idéia de que é necessária a ampliação da sua presença no social. Gostaria de terminar dizendo, repisando o fato de que as empresas estão querendo participar porque sabem que o Estado não é capaz de tudo, mas nós não estamos substituindo ao Estado, a obrigação continua a ser dele. A empresa apenas faz aquilo que acha que é importante fazer como contribuição para a melhoria das condições sociais do País.

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

– Obrigada, embaixador. Margarida.

MARGARIDA MARIA RODRIGUEZ RAMOS (Organizações Globo)

– Uma observação rápida: falou-se muito em visibilidade, comunicação... Eu só queria fazer um comentário (eu sou Margarida Ramos, das Organizações Globo): é observar-se uma oportunidade. Os veículos de comunicação, em geral, estão dobrando, triplicando, oferecendo muito mais espaço do que existia. Hoje em dia, vemos, por exemplo, que o nosso maior veículo de comunicação esse ano simplesmente dobrou o espaço para campanhas. Então, quer dizer, há uma oportunidade. Falou-se, não sei se foi a Rebecca, sobre uma questão de estratégia ampla de comunicação. Isso é importante! Agora, nós temos que prestar atenção à qualificação das nossas ações, tanto à demanda quanto à

oferta. Quer dizer, qualificar essa ida aos mecanismos de comunicação. Ela tem que ter uma estratégia real. É para isso que eu quero chamar a atenção, quer dizer, para a oportunidade, mas para a nossa necessidade, também, de saber chegar ao veículo de comunicação. Das antigas pautas impostas oficiais, hoje em dia, há mais pautas consentidas; e há, Miguel, uma agenda comum nessa área. Mas temos que saber planejar, identificar, focar, avaliar e, sobretudo, dar um *feedback* do resultado. Muitas vezes, nós generosamente, por acreditar, cedemos o espaço. Mas queremos ser também municiados dos resultados, da eficácia de nossa comunicação. É só uma observação.

JUAREZ BRANDÃO LOPES (Núcleo de Estudos de Desenvolvimento Agrário - NEAD) – Juarez Brandão Lopes, eu sou do NEAD, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, eu sou do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Eu estou dando o sobrenome porque as minhas observações dizem respeito justamente a essa área. O Miguel terminou a sua enumeração de mudanças, com a pergunta: que outras mudanças? Suponho eu que não preciso falar disso sobre o Estado do ângulo deste. As mudanças são inúmeras, foram tocadas por muitas pessoas. Eu queria só acrescentar uma coisa, que é da maior importância: esta constituição só de Conselhos, de sistemas de Conselhos. Conselhos que...por exemplo, o mais recente, não sei se é um dos mais recentes seguramente, é o Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável, que vai se constituir numa rede de Conselhos até o nível local ou está se constituindo. O que eu queria acrescentar é simplesmente que a revolução que o senhor Agop Kayayan mencionou está em processo. Quer dizer, isto, ao atingir o nível local, está levando uma tal proliferação de conceitos que, certamente, tentem se reestruturar. Um pequeno município com cinco, seis, sete Conselhos: as mesmas pessoas participam de todos. E um desses sistemas de poder também continua prevalecendo muitas vezes. O que eu queria acrescentar é que realmente isso leva a uma área que é pertinente à discussão do sistema de programas do Comunidade Solidária. Isto, porque aí nós temos uma interlocução nestes Conselhos em todos os níveis que está longe de ser perfeita. “Precisa ser”, “está em mudança”, “precisa mudar”, etc. Em que organizações da sociedade civil acabam influenciando nos programas, até os programas universais. Isto tem que ser pensado! O que eu queria acrescentar é mais especificamente sobre essa diferença entre programas universais, de caráter universal, e programas focalizados, porque, muitas vezes, programas que são focalizados deixam de sê-lo não porque há uma extrapolação e uma universalização do que é feito, mas porque há uma redefinição

pelo Estado - e reconhecida pela sociedade - de quem é o objeto do programa, qual é a clientela. Isto está acontecendo e é também uma inovação, até não são muitos os países que estão fazendo isso na área do Ministério do Desenvolvimento Agrário, isto é, o Ministério está focalizando cada vez mais agricultores familiares. Se nós pensarmos nessa categoria, agricultores familiares como distintos de outros agricultores, tem dentro da categoria uma altíssima concentração dos excluídos. E pensar em programas focalizados nessa área, acaba sendo pensar em programas universais, em programa universal. Eu queria aqui dizer também que há uma outra mudança ainda não reconhecida dentro do tema de desenvolvimento rural – “rural” aí não inclui todas as populações que são as nossas, nos nossos censos, ditas populações rurais. Mas inclui certamente, também, as populações ditas urbanas dos pequenos municípios. E isto é reconhecido pela sociedade em algumas partes do Brasil. Desenvolvimento rural é, de novo, uma mudança que está mais em germe ainda. Pensarmos que o rural é alguma coisa que não é bem captada nem pelas nossas ações formais nem pelas nossas estatísticas. Imagino que eu não possa falar muito mais, mas isso, se reconhecido, leva a uma nova universalização de programas.

ROSA MARIA FISCHER (Universidade de São Paulo) – Nós só começamos o trabalho de fortalecimento da sociedade civil - não há como descontinuá-lo. Uma das primeiras sugestões reforça a área da educação e o papel da universidade, que é minha casa de origem. Nós temos aqui, pelo menos que eu conheça, duas grandes universidades paulistas - a PUC e a Universidade de São Paulo - e uma escola isolada, que é a Fundação Getúlio Vargas, mobilizadas em torno do terceiro setor. Mas é preciso um incentivo, pois as universidades precisam não só mudar a sua estrutura curricular, como estar trabalhando a formação de profissionais em várias áreas: sociologia, política, administração, economia... Profissionais com uma visão mais ampla e bem fundamentada de responsabilidade social. Essa é uma tarefa essencial, isso passa por mudança curricular, mas vai muito além disso, e eu acho que está na hora de aproveitarmos a generosidade dos nossos jovens. É fantástico vermos o número de entidades do tipo “centro acadêmico”, do tipo “escola-empresa” que estão procurando desenvolver projetos sociais. Então, uma alavancagem grande que o Comunitas poderia vir a fazer era o de parceria com as universidades porque, se de um lado, nos últimos cinco anos nós tivemos a criação de cerca de 20 centros universitários, conforme a pesquisa que fizemos este ano lá nos SIAT’s, por outro lado, precisamos ver o número

positivo e o negativo das pesquisas, senão não dá certo. Eu tive pelos menos oito universidades federais contatadas nessa pesquisa que responderam ao telefonema - porque não respondiam ao e-mail nem à carta da pesquisa - perguntando “o que é esse terceiro setor?”. E quem me respondia era a pró-reitoria de pesquisa. Eu acho que há um enorme investimento a fazer na parceria entre Estado, setor privado e universidades no sentido de melhorar esse conhecimento. Eu gostaria de assinalar um ponto pegando um pouco a fala do Agop, pois ele dizia que precisamos conhecer melhor o funcionamento desses conselhos municipais. Esse é um outro papel para o qual a universidade já está direcionada, mas ela precisa investir e precisa ter apoio das agências de financiamento de pesquisa no sentido de sistematizar essas informações do trabalho que está sendo desenvolvido pelos conselhos, o que dá certo, o que dá errado, quais são as tecnologias de gestão que estão sendo inventadas, criadas nesse âmbito, quais são os entroncamentos de resistência, principalmente os sistemas de poder que o professor levantava e que ainda resistem a essa inovação de ampliar a participação. E, então, sistematizando essas informações, transformá-las em conhecimento e disseminá-las. Isso é muito importante e uma das missões que nós podemos fazer nesse sentido no futuro. Uma terceira missão - eu pegarei um pouco a fala da Ana Maria e outra do Francisco e outras falas: a universidade como tendo a capacidade de ser a tradutora de certas linguagens específicas - por exemplo, a linguagem específica do Estado, a linguagem específica do setor privado. Temos que fazer esse papel de intermediário na tradução. Quando falamos em foco nos resultados, é perfeitamente inteligível para qualquer empresário - está aqui o representante da Fundação Vale do Rio Doce, que acabou de falar “nós sabemos o que queremos. Nós vamos lá e fazemos!”. Quando falamos em foco e resultado para uma ONG, quando a gente fala em foco e resultado para uma entidade governamental, a coisa acaba criando uma resistência, um mal-estar que é fruto principalmente da falta de entendimento da própria operacionalização do construto. Que diabo é esse resultado e como a gente faz para chegar lá? Ainda dentro dessa coisa da lógica do setor, eu lembraria o que a Dra. Zilda Arns colocou que nós precisamos capacitar gestores públicos da iniciativa privada para entendimento do social. Recentemente, há menos de um mês, eu tive duas reuniões no mesmo dia: uma reunião com o presidente da unidade de negócios da seguradora do Unibanco e, à tarde, uma reunião com um diretor da empresa VHL. Coincidentemente ou não, ambos tinham a mesma queixa: tinham recursos, tinham projetos, queriam aplicar seus projetos em creches e educação na primeira infância, os dois tinham procurado as esferas municipais

e estaduais do Estado para fazer uma parceria e os dois tinham se sentido absolutamente rechaçados porque a resposta do gestor público tinha sido: “Eu já tenho o meu programa. Se você quiser, assina o cheque e contribui para o meu programa.” Ou seja, todo o esforço que nós estamos fazendo no sentido que a iniciativa privada não apenas assine cheque, mas realmente construa uma aliança estratégica em prol do desenvolvimento. Ela é totalmente desarticulada quando procura o Estado e obtém esse tipo de resposta. Esses são alguns dos papéis que a universidade está disposta a colaborar e fazer com o Comunitas, que eu tenho certeza que a Gilda não vai nos deixar nessa angústia de fim de Governo e que se acabem todas as nossas ilusões.

RENATA CAMARGO NASCIMENTO (Instituto de Cidadania Empresarial de São Paulo) – Eu sou a Renata Nascimento, do Instituto de Cidadania Empresarial de São Paulo. Miguel, eu acho que a nossa maior preocupação aqui é quanto ao futuro e eu acho que a principal resposta para diminuir os riscos de se perder esse capital acumulado em sete anos são as parcerias, as alianças. Mas que tipo de parceria? A palavra certa é duradoura. E por que “duradoura”? Porque difere de “resultados empresariais”, que é do meio da onde eu venho e que é o meu principal desafio junto às empresas parceiras que congregam o ICE, é quanto aos resultados. Empresário busca resultados concretos, rápidos, de curtíssimo prazo, e mudanças sociais exigem *timing*, longo prazo, processo. Não se pode queimar etapas. E, para mim, é este desafio que nós temos que ter junto ao meio empresarial: é a busca de sociedades contínuas, longas, de processo, de aceitarem os prazos para essas mudanças, as mudanças culturais que vêm no bojo de todo esse trabalho. Esse é um momento que o Brasil está aberto, os empresários estão muito abertos para serem os novos atores nessas parcerias com o primeiro e o terceiro setor. Mas ele precisa ser conscientizado, na minha opinião, e esse é o principal desafio: como construir longas parcerias. Era isso.

SÉRGIO EPHIM MINDLIN (Fundação Telefônica/Abrinq) – Sou da Fundação Telefônica e também do Conselho da Fundação Abrinq. Eu queria reforçar a observação que o Francisco Azevedo fez sobre doação aos Fundos da Criança. Tenho encontrado empresas no interior do Estado de São Paulo onde estamos fazendo uma pregação para que empresas contribuam com os fundos. Elas dizem que não contribuem mais porque foram glosadas pelo Fisco. Eu acho que essa é uma questão que precisa ser tratada com a Receita Federal. Eu queria endereçar uma coisa assim, esta pergunta: “que

novos fatores nós temos e coisas que nós podemos trazer para continuidade desse esforço?”. Considerando toda esta proposta de trabalhar em rede, acho que a Dona Ruth já trouxe a questão de que há novas tecnologias, há toda uma possibilidade de intercomunicação que se tem hoje disponível para que as redes funcionem e me parece que o problema de funcionamento das redes não é a tecnologia, não é a comunicação, mas é a animação da rede e o envolvimento das pessoas que trabalham nas redes. Nós estamos observando que em escolas, em centros de saúde, em hospitais, o difícil é fazer as pessoas se envolverem numa forma diferente de trabalhar com outras pessoas, de trabalhar a distância, de trabalhar com sistemas de informação, porque parece que isso tira o poder dessas pessoas; e, ao se tirar o poder, elas não querem colaborar. É um pouco, sem ser a questão da rede, o que acontece com os conselhos municipais, onde os poderes públicos executivos também relutam em entregar o domínio aos conselhos porque acham que isso prejudica o prefeito. Parece-me que a Comunidade Solidária poderia trabalhar numa forma ampla de capacitação desses atores, porque são as escolas, os professores das classes, as diretoras das escolas, são os diretores dos hospitais, médicos, enfermeiros que vão estar operando a rede, não são as ONGs, não são as pessoas que entendem o poder da rede. Eu acho que esse é um caminho para trilhar.

AMAURY BIER (Ministério da Fazenda) – Eu gostaria apenas de falar muito brevemente sobre essa questão dos incentivos, que foi tantas vezes mencionada. Em primeiro lugar, eu queria lembrar que quando se fala em incentivos ou de ampliação de incentivos em relação à grande massa destes hoje existentes, não está se falando de capital privado - vamos ser específicos - está se falando de uma renúncia de receita pública. Isso está diretamente relacionado ao que disse o Dr. Vilmar Faria em relação ao financiamento dos programas sociais do Governo. A dimensão desses programas foi aqui mencionada: são programas importantes, que têm sofrido um redesenho no sentido de serem absolutamente eficientes, eficazes no atingimento dos seus objetivos, ou seja, focados com baixo custo de operacionalização e com grande retorno do ponto de vista do público-alvo. Portanto, essa questão, essa discussão dos incentivos é uma discussão que tem que ser colocada num contexto mais amplo. É fiscal mesmo! Mas não como mencionado aqui, fiscal como sinônimo de política tributária, fiscal no sentido de receitas e despesas do setor público. A renúncia a receitas, na verdade, cria problemas para manutenção das despesas nos níveis atuais e com crescimento, sobretudo, na área

social que elas vêm observando nos últimos anos. Com relação a essa questão, a minha sugestão para tentar contribuir para esse debate é que se fizesse uma discussão em relação à possibilidade de alocação livre da massa de incentivos hoje presentes, das possibilidades de incentivo já existentes na legislação tributária, se uma determinada empresa, se um determinado indivíduo deseja fazer uso da sua possibilidade de redução de imposto de renda devido na área social, ao invés de fazê-la às expensas da área cultural ou de outras áreas que também estão contempladas com incentivos de natureza tributária. Que isso seja permitido, que seja revisto para que, de certa forma, possa através da comunicação, através da divulgação desse trabalho todo que vem sendo feito, angariar recursos para atender os mais necessitados, os mais carentes e, ao mesmo tempo, atender ao desejo do cidadão de participar dessa empreitada. Eu acho que esse é um caminho mais promissor que simplesmente solicitar que um percentual adicional do imposto de renda possa ser destinado para programas sociais. Eu vejo isso como conciliável com a necessidade da presença do Estado nos seus programas sociais, e a manutenção do equilíbrio fiscal que foi tão bem defendida pelo Dr. Vilmar - não preciso aqui fazer essa defesa. Queria, ainda, fazer referência a dois outros pontos. O primeiro, ligado ao que a Dra. Leona colocou: a iniciativa que ela está empreendendo, se entendi bem, voltada para Nova York, brasileiros que lá trabalham. Acho que é uma oportunidade, inclusive, com a colaboração eventual do Ministério das Relações Exteriores e diversos consulados brasileiros espalhados no mundo, de conhecer melhor a legislação tributária de cada um desses países e com isso multiplicar essa iniciativa, que me parece extremamente interessante e que é, na verdade, fazer uso da legislação tributária de cada país em benefício de recursos para serem aplicados na área social no Brasil por brasileiros, que são inúmeros que trabalham no exterior e muito bem remunerados na maior parte das vezes. Por fim, eu queria mencionar aqui rapidamente essa questão da glosa pelo fisco dos optantes por algumas dessas possibilidades de incentivos fiscais. Eu acredito que houve glosa e ela foi mencionada pelo Dr. Sérgio Mindlin. É provável que tenha havido algum problema, alguma irregularidade, que a lei não tenha sido observada, porque a glosa só pode ser feita dentro da lei. Se há demora no processamento de informações de quem faz uso desses incentivos e se essa demora é injustificada, eu me comprometo a tomar providências a esse respeito. Agora, eu gostaria de receber informações concretas para que pudesse fazer essa verificação junto à Receita Federal. Sugiro, inclusive, visitar declarações que não tenham sido

processadas até agora, antes que uma censura e uma multa sejam cobradas pelo fisco. Muito obrigado.

MARCUS FUCHS (Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI) – Sou Marcos Fuchs. Eu sou da ANDI, Agência de Notícias dos Direitos da Infância. Temos percebido, na ANDI, o trabalho de contribuir, insistir, cobrar, promover uma cultura nos meios de comunicação favorável à promoção dos direitos da infância e adolescência. Como Margarida Ramos disse, é cada vez maior o compromisso dos veículos de comunicação com os temas sociais, com os temas da infância e adolescência, com os temas do investimento social privado. Nós temos um projeto, junto com o GIFE e com o ETHOS, acompanhando diariamente a cobertura do investimento social privado. Temos visto que, no primeiro semestre de 2001, o número de matérias publicadas foi maior que o de três semestres anteriores. Agora, de um modo geral, percebe-se que a cobertura ainda trata os projetos individualmente: a pessoa, individualmente; a iniciativa do empresário, individualmente; a ONG, individualmente; a Universidade, individualmente... Porque eu acho que nós ainda não conseguimos trabalhar na sociedade o conceito da atuação em rede, ou seja, temos uma excelente distribuição de informações sobre os projetos importantes, os relevantes e bem-sucedidos, tanto que a gente trabalha na ANDI um conceito da busca de soluções. E também temos visto que, ano a ano, aumenta o número de matérias que não mais se concentram na denúncia da falta de uma vaga na escola, da omissão do médico, do abandono da família... Mas, a partir desse fato, a partir dessa denúncia, apontando os projetos que em algum canto do País acontecem e promovem a solução daquela situação denunciada. Até porque entendemos que, se existem tantos projetos maravilhosos no Brasil afora e alguém não conhece, está havendo a denúncia maior, que é da omissão, seja de quem faz o bom projeto e dá visibilidade para ele, quanto de quem está fazendo a matéria e está querendo executar o projeto de buscar uma informação. Então, há muita notícia, há muita informação sobre os projetos, mas estes atuam individualmente. As redes de proteção à infância e adolescência - que o Estatuto da Criança e do Adolescente exige que existam para que haja políticas de atenção a estes indivíduos - acontecem em raríssimos lugares, talvez só onde o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - o BNDES - investe na constituição das redes. Então, acredito que um desafio do Comunidade Solidária seria estimular que as ações de combate à pobreza, de promoção dos direitos da infância e adolescência não sejam feitas individualmente;

que as boas e grandes organizações se articulem com as pequenas, com aquelas que não têm tanta capacidade, porque são essas redes e que precisam ser constituídas; assim também, os programas governamentais nas várias esferas. Por exemplo, programa de combate à exploração sexual que existe no âmbito do Governo Federal, no Ministério da Previdência, no Ministério do Esporte e Turismo e no Ministério da Justiça precisa também atuar articuladamente, e não ter investimentos distintos, separados, e concorrências de projetos. Então, acho que um superdesafio é a gente cada vez mais constituir as redes de proteção social, as redes de proteção aos direitos da infância e da adolescência.

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

– Muito obrigada. Eu gostei muito da sua colocação. Vou dar a palavra ao Augusto, depois eu tenho dois que querem terminar. Então, vou sortear quem fala em último lugar.

AUGUSTO DE FRANCO (Conselheiro da Comunidade Solidária) – Eu queria agora falar pessoalmente como alguém que está intervindo no debate, quer dizer, colocar o meu ponto de vista pessoal. Depois Miguel vai tentar fazer uma síntese dos pontos relevantes. Nós pegamos um certo traquejo aqui, nesses últimos anos, sem fazer processos de votação ou processos formais de consulta; mais ou menos, captar as grandes linhas, vamos dizer, do que os interlocutores vêm colocando. Mas eu queria colocar duas opiniões agora. A primeira é sobre a questão da reforma do marco legal do terceiro setor em que muitos disseram: “Bom, estamos avançando, mas ainda é insuficiente.” E é verdade, nós demos apenas um primeiro passo. Esse primeiro passo foi tentar estabelecer uma distinção entre organizações da sociedade civil que legitimamente têm finalidades privadas e organizações da sociedade civil que legitimamente querem ter finalidades públicas. E, portanto, isso coloca uma certa distinção não em termos de hierarquia, de valor, mas em termos das características da atuação dessas organizações. Por que eu digo isso? Porque eu tenho a impressão de que é mais relevante agora, à medida que se luta por um sistema de financiamento do terceiro setor, que se conte com uma certa compreensão estratégica por parte do Estado, porque o Estado deve investir nisso. E não apenas investir. Ele, Estado, nas suas políticas sociais, é diferente. Quando o Estado, ele Estado, investe uma grande quantidade, uma grande soma de recursos na política social está correto, e ele deve cada

vez mais melhorar a qualidade desse gasto ou, eu prefiro dizer, desse investimento estatal, na linha do que disse Vilmar. Muito bem, por outro lado, quando ele investe no terceiro setor para que se faça isso, não é a mesma ação. Ele não está terceirizando, não se trata de uma terceirização. Ele está fortalecendo o capital social sendo que o País não tem condições de manter nenhum tipo de desenvolvimento, nem mesmo o crescimento econômico continuado, com taxas sustentadas. Quer dizer, nós estamos advogando esse ponto de vista de que não se trata apenas da ação finalística de melhorar a qualidade de vida daqueles pobres. Trata-se também de aumentar a trama, essa rede, esse tecido social, sendo que fica difícil você atingir o desenvolvimento que você quer atingir. Isso é um pouco diferente, quer dizer, isso no início era mais difícil de ser percebido. A sutileza, eu creio, agora é mais fácil. Nós não vamos ter melhores condições sociais apenas como resultado de um crescimento econômico que se atingiu de maneira sustentada em termos econômicos. O inverso também é verdadeiro. Quer dizer, nós precisamos partir de certos patamares de capital humano e social. Sem isso, não vamos conseguir manter continuamente um crescimento, vamos dizer, econômico, *strictu sensu*, que seja sustentado. Por isso, o investimento no terceiro setor é estratégico, não para cuidar dos pobres. Não é porque o Estado, ao investir no terceiro setor, está reconhecendo que não tem a capilaridade que as ONGs têm ou que as fundações etc. e tal. É fundamental para a consolidação da democracia. Se não houver fortalecimento da sociedade civil, se não houver aumento do capital social, a nossa democracia não pode se consolidar, nem se democratizar, se radicalizar ainda mais, ou seja, isso é uma coisa estratégica, não se trata apenas de cuidar desse ou daquele setor excluído da população. Isso faz parte de uma estratégia maior de investimento, num novo padrão de desenvolvimento para o País que seja humano, social e sustentável, que não é colidente com taxas altas, sustentáveis de crescimento econômico, mas que não se esgota nisso. Nós estamos partindo da idéia de que o Estado é necessário, o Estado é imprescindível, é insubstituível, mas não é suficiente. Não porque ele não tenha pernas para chegar onde deva chegar, mas porque outros atores nesse concerto precisam estar compartilhando de um certo *status* estratégico. Dito isso, eu diria o seguinte: a questão do financiamento do terceiro setor não pode ser pensada só em relação ao Estado. Ou o terceiro setor quer ser realmente autônomo, ou ele não pode ficar dependendo da renúncia estatal ou do incentivo estatal. Não sou contra que se lute por este último. Aliás, eu acho que muitas pessoas são testemunhas de que temos tentado fazer isso há muitos anos, só que não pode se basear apenas nesse modelo. Não importa se ele é assim nos Estados Unidos ou

no Canadá ou na França. Com a concepção que nós temos e com a conjuntura do Brasil, eu creio que nós devemos buscar outras formas de um sistema de financiamento mais complexo para o terceiro setor e que vai envolver o que já foi dito aqui, múltiplas parcerias com o setor privado - que vai envolver parcerias, inclusive, com o setor governamental, mas não por renúncia; parceria que transfira recursos orçamentários mesmo. Se nós não pensarmos uma coisa mais complexa, a gente vai ficar sempre numa interna briga com quem fecha as contas no Governo. E essa briga não tem sim, quer dizer, se abrir mais dá buraco de um lado. O sujeito que está olhando do ponto de vista governamental, não quer, é evidente, porque é estratégico para ele por mil razões, e é mesmo, que aquilo não fure. Por outro lado, quem está do lado da sociedade fica achando que há uma má vontade governamental, porque se nos Estados Unidos é assim, se no Canadá... Quer dizer, não tem saída deste debate se não partirmos para sistemas mais complexos de financiamento do terceiro setor e que contem, sim, com recursos estatais, e não apenas recursos provenientes de renúncia de incentivo etc. e tal, de imposto devido a pagar. Mas de operações de programas que serão muito melhor aplicados, executados, avaliados, monitorados e fiscalizados se forem feitos em parceria com a sociedade civil. É disso que se trata, compartilhado por muitos aqui, mas que eu dou caráter pessoal nesse momento.

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

– Então, deixe-me também dar uma contribuição de caráter pessoal. Acredito que essa discussão é realmente uma discussão complicadíssima, na qual nós estamos tentando navegar faz tempo. Agora, eu acho também que o Augusto tem toda a razão. O financiamento do terceiro setor é muito importante, seja vindo do lado do Estado ou não, porque ele traz eficiência. Quer dizer, nós temos que pensar que as políticas sociais ganham eficiência com essas parcerias e, a partir daí, que é importante, inclusive, a discussão do incentivo fiscal, que não deve ser realmente a solução única. Agora o importante também é não pensarmos no incentivo fiscal como uma massa que já está definida, porque a nossa legislação é muito falha em relação a isso. Quer dizer, nós concedemos alguns incentivos que só o Brasil tem e que são um absurdo; em compensação, a maioria dos países têm, nós não temos. Há um tempo para a gente repensar um pouco essa situação. Por exemplo, a isenção da contribuição trabalhista: ela é absurda. Ela não existe em lugar nenhum do mundo. Não há nenhum outro país que tenha isto. E nós temos e é uma enorme massa de recursos. Claro que é complicado

politicamente, mas aí é que está. Se fizermos as alianças certas com a sociedade civil, talvez a gente consiga pensar de uma maneira bem renovada essa questão. Bom, o Pacheco tinha pedido a palavra. Eu não tinha visto, perdoe-me.

CARLOS AMÉRICO PACHECO (Ministério da Ciência e Tecnologia)

– Eu também queria tocar nesse ponto que suponho ser mais crítico, e também salientar que a história desses últimos sete anos reforça isso. Talvez o papel mais relevante do Comunidade Solidária e desse processo todo foi chamar a atenção para uma espécie de co-responsabilidade entre Estado e sociedade na redução da desigualdade no Brasil. Toda essa multiplicação de iniciativas durante esse período, sejam organizações não-governamentais, OSCIPs, empresas e processos como um todo, é a parte, talvez, mais rica desse processo. E acho que não se deve subestimar a existência ainda de vários nichos e corporações dentro do governo e na sociedade que não estão atentas a isso. Citou-se muito como exemplo positivo a universidade, mas também na própria universidade eu poderia recolher vários exemplos negativos de descaso ou desalento ou falta de noção da prioridade, quando a discussão se torna não uma questão ideológica sobre a redução de desigualdade, mas uma questão objetiva, orçamentária na locação de recursos entre o que é e o que não é prioritário fazer. Aí, na verdade, você desnuda a discussão ideológica, o discurso, a boa vontade e vê onde é que efetivamente você põe o dinheiro nas ações que faz. Então, acredito que há, ainda, muitos nichos e muitas corporações dentro do governo e na sociedade brasileira que merecem. E, na verdade, fortalecer tal movimento é importante por conta disso. Porque, no meu entendimento - nisso eu queria compartilhar com a fala final do Augusto - a questão mais importante do Comunidade Solidária é mostrar, na verdade, que isso é uma responsabilidade que vai além do Governo. Que, na verdade, é responsabilidade da sociedade brasileira e do governo, que várias dessas tarefas estão muito além. Tendo noção clara de que as políticas universais, das quais falava o Vilmar, são absolutamente decisivas para a construção da democracia. A construção da democracia no Brasil, nesse sentido, da cidadania, pressupõe uma sociedade muito mais ativa que aquela que nós temos, que veja que isto é uma responsabilidade do conjunto da sociedade, que nós não podemos deixar de ter vergonha pela desigualdade que existe no Brasil - e isso é responsabilidade de todo o cidadão brasileiro - mas há responsabilidades que são públicas. A construção da democracia pressupõe algumas políticas universais. Nenhuma democracia contemporânea foi construída a partir de experiências e políticas sociais utópicas ou de

programas focalizados para grupos carentes. Algumas políticas universais, como educação e saúde, são base da construção da democracia moderna. O que o Vilmar estava falando, basicamente, é que o gasto social brasileiro, público, federal, estadual e dos municípios - não sabemos exatamente - é alguma coisa da ordem de 250 bilhões de reais por ano, 170 é a parte da União. Não haverá esquema de renúncia fiscal ou de participação direta privada que seja capaz de substituir o papel dessas políticas universais, elas são centrais para a democracia. Agora, é evidente que há uma certa desconfiança mútua nisso, inclusive sobre a questão da forma ineficiente como o Estado aloca recurso - e qualquer empresa que entre num programa social sabe que pode cuidar, examinar e gastar melhor, e, às vezes, desconfia da maneira que o Estado gasta esse recurso. Uma parte grande do que foi feito nos últimos sete anos em política social, nessa política de políticas universais, sobretudo pelo Governo Federal, e também com várias experiências de estados e municípios, foi ampliar o controle social sobre essas políticas. Os Conselhos, a participação etc., todos com enormes dificuldades, como já foi relatado aqui - até pela superposição desses Conselhos, pela falta de gente preparada, pela perpetuação, às vezes, de esquema de poder nesses Conselhos. Mas talvez aí haja um espaço importante para se trabalhar no Comunidade Solidária, quer dizer, como a participação privada e a experiência ganha por essas diversas organizações em gerenciar programas sociais podem fortalecer, e muito, a capacidade de controle sobre esses programas. Nós estamos falando de um gasto absolutamente fundamental: 250 bilhões de reais por ano em políticas sociais. É insubstituível! Não haverá política focalizada, iniciativa empresarial, social que possa substituir esse tipo de gasto, ele tem que ser feito e tem que ser cuidado de forma vital. A participação sobre os mecanismos de controle social criados ao longo desses anos e fortalecidos pelos conselhos e como isso está funcionando, como trocar experiências, como melhorar esse controle pode ser uma forma de participação privada sobre o controle desses programas, que tem um impacto extraordinariamente grande. E ainda há muito de ganhar em eficiência, há muito que melhorar nesses programas, e isso pode ganhar muito numa parceria com o setor privado. Talvez, o que haja de mais importante em chamar a atenção sobre as inúmeras formas de organização da sociedade é de que a redução de desigualdade no Brasil é uma co-responsável na população, não é imaginar que ela possa sozinha tomar em suas próprias mãos o resgate dessa dívida social e executá-la porque ela é capaz de executar com mais eficiência que o Governo, mas, é pelo fato de que as próprias políticas sociais executadas por aquele não irão melhorar se a sociedade não entender a sua

responsabilidade sobre isso, porque, quando ela se responsabiliza sobre isso, quando entende isso, ela cobra do Governo uma ação mais eficaz e melhor na área social. Tem que ter a generosidade! Não há, e isso fortalece a sociedade nesse aspecto. É importante para que o próprio Governo nas suas políticas sociais as execute melhor por cobrança da própria população. Acredito ser importante ter isso em mente porque eu acho que não haverá um mecanismo de renúncia fiscal que seja capaz de atender esse tipo de políticas universais. Ainda que se possam pensar em “redesenhos” das políticas de renúncia fiscal, o montante de recursos que estamos falando é imensamente gigantesco para que não haja tal renúncia. A segunda coisa que considero importante e o Marco começou a tocar nesse ponto - é que algumas questões da política social de financiamento de grande montante... Como a Previdência! Ela é, ainda, absolutamente injusta do ponto de vista do seu financiamento. A previdência pública, sua reforma da previdência pública que não se conseguiu avançar durante esse período, poderia ter em seu bojo todas as condições de ser criada na discussão do avanço da reforma de si mesma, todos os instrumentos de renúncia fiscal necessários a dar suporte a uma participação mais direta do setor privado. Há, evidentemente, uma questão fiscal por trás disso tudo. Se conseguíssemos avançar na reforma da previdência pública, seria um espaço de 25 bilhões de reais de déficit desta que poderia perfeitamente, construindo todas as alianças, fazer essa reforma, abrir espaço, na verdade, para algum tipo de renúncia fiscal que tivesse o caráter do que antes se discutiu ou se pensou pelo menos nessa sala ao longo desse dia. Obrigado.

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

– Pacheco, eu só quero lembrar que uma das lições que apresentamos, que inclusive está nesse papel, é exatamente que não há contradição entre a política universalista e a política focalizada. Suponho que ninguém nessa sala, e fora dela, defende a idéia que se diminua a ação do Estado com relação a estas responsabilidades básicas das políticas universalistas. Acontece que elas precisam de uma complementação, vou só dar um exemplo. Evidente que o Ministério da Educação fez um esforço que nós todos reconhecemos e que os números mostram a respeito da melhoria da educação básica. Um dos problemas que esta ação trouxe à tona, é a necessidade da adequação dos alunos com a sua série. Para tal, o próprio Ministério da Educação recorreu a algumas organizações civis que sabem fazer isso, que o fazem bem. É uma busca de eficiência numa complementação, mas evidentemente que não se supõe que nenhuma diminuição

de recursos ocorra em função do atendimento das ações do terceiro setor. Nós acreditamos que o terceiro setor é uma das formas apenas quando presta esse tipo de serviço. É só para deixar bem claro que absolutamente não há nenhuma, eu não conheço ninguém que ache que o terceiro setor vai substituir ou vai complementar a ação do Estado nessas políticas universalistas. O Horácio apresentou por escrito para o Augusto uma proposta que considere ser muito interessante. Então, eu vou pedir para você apresentar. Não lembra? Você quer que eu leia?

HORÁCIO LAFER PIVA (Conselheiro da Comunidade Solidária)- Por um espaço para colocar as suas posições, contar os seus casos, estabelecer alguma espécie de prosa e talvez dentro da própria RITS, nós pudéssemos construir uma intranet. É um sistema muito fácil, quem conhece, sabe disso. Se pudesse ter alguma espécie de fórum onde você abrisse espaço para *chats*, de tal maneira que as pessoas aqui... Eu mesmo tenho as minhas experiências lá no meu núcleo de ação social da FIESP - aqui o Sérgio, inclusive, é membro – que são muito interessantes no sentido de mobilizar e induzir as pequenas empresas no interior do Estado e que se eu for contar perderemos vinte minutos. Enfim, como tem várias pessoas precisando dos vinte minutos... Portanto, criar um espaço para que essas experiências pudessem ser observadas, pudessem ser colocadas e que gerasse um tipo de *feedback*, de crítica, de aproveitamento. “Conte-me melhor como foi isso que você fez na Amazônia, que talvez funcione aqui em Itanhanhem”. Enfim, arrumar espaço, foi isso que eu escrevi mais ou menos. No sei se foi só isso, foi um bilhete para o Augusto que vazou para a senhora.

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)
– Ele me mostrou. Aqui todo mundo mostra para mim...

HORÁCIO LAFER PIVA (Conselheiro da Comunidade Solidária) –
Transparência. Ótimo! Tanto melhor...

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)
– Olha, então eu vou dar a palavra ao Joaquim. Eu tenho duas pessoas que querem falar por último, então um vai ficar no penúltimo e será o Joaquim.

JOAQUIM DE ARRUDA FALCÃO NETO (Conselheiro da Comunidade Solidária) – Eu tinha pedido a Dona Ruth para ser o último porque eu iria apenas fazer um convite, mas depois que tocaram nessa história do marco legal nos incentivos fiscais, eu vou fazer um contraponto à posição política do Governo atualmente e eu vou acabar com a sugestão. O convite, que é a parte mais *light* da minha intervenção, é para nós todos continuarmos essa discussão em Barcelona. No próximo ano, vai ter o novo encontro das fundações, institutos do terceiro setor, que já teve aqui no Brasil, no México e também na Espanha: o Encontro do Terceiro Setor Ibero-americano. Esse convite eu faço em meu nome e em nome de Margarida Ramos, que está aqui, e em nome de Leo Voight também. Nós três somos os administradores desse processo aqui no Brasil e a Dona Ruth vai estar também conosco em Barcelona, de modo que os senhores devem estar recebendo um convite e verão que, se falássemos espanhol aqui, a pauta seria a mesma. Para todos os países, é idêntica! Incentivo Fiscal, relações com o Estado, contratos... Esse é o convite que eu iria fazer. O contraponto que eu faço à política do Governo atualmente sobre as questões de incentivo fiscal e que - eu não quero ter vergonha não - sou a favor de incentivo fiscal para o terceiro setor. Sou favor a todo tipo que for possível . Isso, por um motivo simples e histórico: esse País se industrializou através de uma política de incentivo fiscal para as nossas indústrias, para os centros industriais. Esse País desenvolveu o seu turismo, porque teve uma política de incentivo fiscal para o turismo. Esse País desenvolve suas zonas francas através de uma política de incentivo fiscal para as zonas francas. Esse País que desenvolve a importação através de uma política de isenção e de incentivo fiscal para a importação. Então, a questão não é de ter constrangimento em pedir o que o País já deu e concede. Quando se acredita que aquela área necessita, ela obtém um valor específico naquele momento. O terceiro setor tem um valor histórico neste instante. Por que vai ser diferente de outras épocas nossas? De modo que quem ler a história do desenvolvimento brasileiro vai ler os sucessos e fracassos, mas vai ler sempre política de incentivo fiscal. O Governo atual tem uma política no setor federal contrária a isso. E, a partir de dois conceitos básicos, é importante que tenhamos clara a diferença conceitual e respeitá-la para ultrapassá-la. O primeiro conceito que divergiu é que incentivo fiscal é receita pública. De onde vem a receita pública? De onde vem o imposto de renda? Pelo que eu sabia, não vem dos estados, pois os estados não pagam imposto de renda. Não vem do Governo porque este não paga imposto de renda. Vem do setor privado, vem do indivíduo, do seu trabalho, das empresas. De forma que a receita é privada e se torna pública através de uma lei,

mas ela é privada. Eu falo com uma certa tranquilidade porque eu já tive esse debate aqui com Everardo Maciel e ele defende essa tese que o dinheiro é do Estado. Ao meu ver, ele se torna do Estado através de uma decisão do Congresso Nacional. Dona Ruth tocou num ponto crucial nesse negócio. A questão é não pensar a política de incentivo fiscal atual como fixa. Temos que ir ao Congresso e dizer: “Olha, a reivindicação nossa é essa!” Se pensarmos como fixa, então teremos algumas dificuldades. Mas o País está maduro para pensar e valorizar o terceiro setor. De modo que a primeira discussão é essa conceitual: de onde vem a receita pública. Pelo que eu sabia, a receita do imposto de renda vem do setor privado, ela é privada e a sociedade, através do Congresso, pode redefinir as suas alocações. E o segundo ponto, também mencionado por Dona Ruth e por diversos outros colegas aqui, é que o equilíbrio fiscal se faz pelo encontro de receita e despesa, ou seja, eu posso manter esse equilíbrio se gastar melhor o dinheiro privado que está usado para fins públicos. Para quem os senhores preferem dar R\$ 500,00? Para a ABR - Associação Brasileira de Reabilitação, que tem uma tradição de mais de 50 anos de eficiência em cada tostão que recebe, ou você prefere dar através de um imposto que é coletado, indo para o jovem que precisa de reabilitação? De modo que a outra questão que se coloca é: quem é mais eficiente para administrar uma creche? É o Estado ou a comunidade? De modo que eu gostaria de recolocar a questão em termos não da receita, mas das despesas. Eu gostaria de ter feito esse contraponto. A atitude, a política do Governo, é merecedora de todo nosso respeito e é feita com o mesmo ânimo daqueles que são contra ela. Então a minha sugestão - e aí encerro - é de que na pauta tem pontos para continuar com o diálogo. Eu penso que esse é um ponto crucial. Esse é fundamental. Nós temos que retomar mesmo porque tenho a esperança que esse seja um tema de campanha, seja um tema de debate entre os candidatos para, então, podermos rever as diversas políticas e, a partir de tal, faremos nossa escolha.

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

– Olha, eu acho que não há a menor dúvida que esse tema já estava colocado e que continua sendo um assunto que vai nos ocupar, seja com a intranet, seja com as próximas reuniões. Agora, mais uma vez, acredito que, enquanto reagirmos a uma idéia de que qualquer tipo de incentivo... Eu não estou defendendo nenhum, nenhum incentivo tão grande. Acho que precisamos rever aquilo que damos. Essa é a questão, uma questão política do que queremos fazer com o terceiro setor, qual é a reação. O que nós precisamos, por outro lado, é ter controle sobre o dinheiro público.

Encontrando-se em tal situação, ele tem que ser controlado. Por isso mesmo, a prestação de serviços ao Governo é mais interessante que um amplo incentivo fiscal e, para isso, também já demos um passo. Criamos aqui uma nova classificação: as OSCIPs. Isso precisa ser levado mais a sério, e nós temos que caminhar nesse processo. Mas não há discussão que diminua a renda do Estado ou a prestação de serviço deste. Ao contrário, nós queremos que o ensino básico seja cada vez melhor, a saúde básica seja cada vez melhor, mas que haja uma colaboração naqueles aspectos em que realmente essa ajuda torna o uso do dinheiro mais eficiente porque é mais barata e é mais eficaz. Então, acredito que se nós não colocarmos essa questão, nós não vamos poder nem discuti-la. Não há essa idéia de maneira nenhuma. Bom, nosso último orador é o Paulo Sergio.

PAULO SERGIO PINHEIRO (RITS) – Eu pedi para ser o último não por ter alguma coisa muito original, mas pensei que a lista estivesse fechada. Não queria falar depois do Joaquim. Só três pontinhos “telegráficos”! Sobre a pergunta enigmática do Miguel sobre fortalecimento da sociedade civil, não há problema porque não há solução. Então, eu penso que é essencial a noção de processo. Tudo que foi feito nesses sete anos não vai ser perdido. A sociedade civil tem uma outra temporalidade, que é o calendário político eleitoral ou a conjuntura política. Os cidadãos, num certo momento, vivem com a conjuntura política. Mas não param. Portanto, não vejo um por quê! Vários aqui expressaram vários sentimentos de angústia em relação ao futuro. Essa reflexão, fiz aqui há duas horas atrás com o Nassim - ele é sócio dessa observação. A segunda, só reforçando o que o Pacheco falou, a pedagogia para os operadores precisa ser sempre reforçada. No programa nacional de direitos humanos, colocou-se a questão da inadimplência social. Em São Paulo, conseguiu-se votar e aprovar uma lei mas sem a sanção. Acredito que para haver parceria num ambiente que o Pacheco descrevia de grandes desigualdades econômica e racial, para que as parcerias sejam mais fortes, a sociedade civil precisa de bons aliados. É justamente uma coisa que acontece, por exemplo, em Santa Catarina, que os promotores públicos estão cobrando a realização de algumas obrigações sociais, o ato de desenvolvimento humano do PNUD, o trabalho de indicadores sociais que este órgão tem feito em vários estados aqui no Brasil. Só uma propagandazinha que o Augusto pedia, leiam, por favor, a página do Cotidiano sobre os observatórios de direitos humanos em rede, que é – hoje, na Folha - uma maneira de também criar observadores para essa cobrança. E o terceiro ponto, que é só uma provocaçãozinha, eu li três vezes o documento, depois pus no computador, no

localizador; não há uma vez citado o termo “direitos humanos”. É óbvio que isso tudo são direitos humanos, mas eu não entendo bem essa dificuldade justamente no momento em que todas as grandes entidades desses mesmos direitos que estavam colados nos direitos civis e políticos, passam para os direitos econômicos e sociais, que em nenhum momento se considere vantajoso falar a linguagem dos direitos. É só uma dúvida, não é nenhuma crítica. Vejo tudo como absolutamente extraordinário, tudo que foi realizado! Concordo totalmente com o documento, mas é só essa perplexidade. Tivemos uma dificuldade imensa de ratificar todas as convenções, todos os tratados, faz-se uma atividade hercúlea e o documento não cita uma vez sequer essa expressão. Obrigado.

PONTOS PARA A CONTINUIDADE DO DIÁLOGO

MIGUEL DARCY DE OLIVEIRA (Conselheiro da Comunidade Solidária) – Eu vou tentar aqui lançar uma idéia. Eu entendo o que ouvi, todos nós ouvimos aqui desse plenário. Na verdade, foram colocadas, eu creio, duas questões básicas no início. Quais os novos problemas, as novas oportunidades, os novos desafios? Essa foi uma questão e a outra: quais as novas oportunidades de parcerias? Já que partimos dessa idéia, que esse conceito se afirmou - e a presença desse conjunto de autores aqui é um exemplo disso -, eu ousaria propor uma síntese dessa discussão, o meu entendimento dela em torno de duas questões. A primeira, óbvia, a questão do marco legal. Não é preciso insistir. As manifestações reiteradas de vários sobre a importância dessa questão e o fato que essa foi a única dúvida que abriu um debate substantivo mostram que isso é pertinente. Nós estamos ouvindo o que está na opinião dos participantes desse debate. Esta é uma questão que é relevante, merece, precisa e pode ser aprofundada, e foram dadas também algumas indicações interessantes como a de tirar a polarização do debate “sociedade civil e Governo”. Olhar de uma maneira mais ampla, por que há um processo político em curso de um lado, há um Congresso que é um interlocutor por outro lado. Então, isso fica como uma questão colocada para a Comunidade Solidária de como relançar a discussão e o trabalho sobre essa temática em um diálogo com todos os interessados políticos. Muito bem, acho que não há muito debate sobre isso. A segunda parte - aí é uma coisa mais ousada que eu vou dizer aqui, eu acho que nós ouvimos e procurei anotar à medida que as pessoas iam falando – sobre onde iam, onde estavam os pontos de agregação e concentração. Senti quatro pontos de concentração além da questão legal: comunicação, capacitação, a questão empresarial, a importância do setor privado e rede, trabalho em rede. Eu tenho a sensação que essas quatro questões se articulam e se talvez a gente fosse escolher uma palavra que sintetizasse isso, uma ou duas, eu pegaria a palavra “informação” e a segunda palavra seria “rede”. Senão, vejamos. Começou-se com a afirmação, a expressão da Rebeca, sobre a necessidade de uma comunicação ampliada. O Agop pegou por um lado, que me pareceu muito interessante, ao dizer que no Brasil nós estamos construindo conceitos, mecanismos, experiências muito interessantes das quais precisamos ter plena

consciência de sua novidade, até mesmo para comunicar para dentro e para fora. A Renata mencionou a importância de uma boa informação junto ao meio empresarial para que essas parcerias sejam duradouras; o empresariado entenda o sentido das coisas que são feitas, que o terceiro setor faz. Enfim, vários mencionaram, portanto, que há ainda uma importância muito grande de uma boa comunicação. Alguns referiram, junto com isso, a idéia da capacitação, por vários lados: das várias empresas que querem investir na área social, Anna Peliano mencionou isso, Francisco Azevedo mencionou. Relação Empresa e Governo, a Anna enfatizou esse ponto. A melhor qualificação de gerentes públicos, dos operadores da sociedade civil na base para que exerçam o controle social, a Dona Zilda enfatizou esse ponto. Sérgio Midlin falou também no hospital, na escola, os operadores. Então, eu acho que vamos passando um pouco de uma questão para outra. Começamos pela comunicação, passamos pela capacitação, chegamos às redes. É com esta ferramenta que se está trabalhando hoje. O que eu concluo? Talvez haja aqui. E creio que esse é um grande desafio, uma grande oportunidade para uma parceria de novo tipo da Comunidade Solidária com alguns grandes atores trabalhando a questão da informação com o objetivo de comunicar, de capacitar através de um trabalho em rede. Talvez não seja tão absurdo imaginar que essas coisas estão interligadas. Rosa Fischer e Merege chamaram a atenção para o papel da universidade - eis um fato novo importante. Está se criando massa crítica na área acadêmica de reflexão sobre o terceiro setor e a contribuição das universidades e dos centros acadêmicos pode ajudar nisto. Não saberia dizer muito mais que isso. Sinto que há uma oportunidade muito interessante, até porque engato com algo que disse no início. Existem alguns programas presentes aqui na sala e outros que têm uma grande capilaridade. Nós poderíamos nos perguntar como um gerenciamento mais qualificado da informação transformada em conhecimento através dos sistemas de trabalho em rede podem irrigar os programas com grande capilaridade e produzir esse efeito de capacitação de agentes, de gerentes, de operadores que nós desejamos. Como fazer isso? Não sei, eu acho que não dá para improvisar, mas que se estivermos um pouco de acordo com esta idéia, poderíamos retê-la como um desafio a ser trabalhado por nós junto com as várias pessoas que entrevistamos e, quem sabe, daí pode surgir a proposta de uma estratégia de colaboração. Não é um projeto, é uma maneira de fazer fluir essa informação para que esse segundo grande objetivo possa ser explicado...

CARLOS AMÉRICO PACHECO (Ministério da Ciência e Tecnologia)

– Se você me permite, antes mesmo da intranet que o Horácio sugeriu, por e-mail - que é a forma mais imediata e costumeira de trabalhar em rede usando-se o computador - poderíamos enviar essa síntese que você nos está apresentando agora já colhendo sugestões. Já vamos montando essa direção; ou seja, no lugar, ficariam quais são os nossos grandes desafios, quais são as pistas que estamos vendo e isso já poderia ser feito imediatamente, se todos concordarem, depois de terminada a reunião. Com o nosso compromisso de dar qualquer tipo de retorno.

MIGUEL DARCY DE OLIVEIRA (Conselheiro da Comunidade

Solidária) – Ou seja, abrir um processo de discussão, de conversa sobre essas questões visando a encontrar as maneiras de um trabalho conjunto, flexível e aberto sobre elas para responder as inquietações que foram formuladas sobre esse “leque” de questões.

ENCERRAMENTO

RUTH CARDOSO (Presidente do Conselho da Comunidade Solidária)

– Creio que o Augusto já deu o primeiro passo prático, que é o de se fazer um resumo de tudo isso e das possibilidades - mandamos para todo mundo - e que se pensa em criar a Intranet onde nós podemos estar mantendo a comunicação até que essas idéias amadureçam. e façamos uma outra reunião. Como sempre, aqui na Comunidade Solidária, esse é o nosso orgulho. Nas reuniões, a gente fala muito, discute muito, mas sempre acabamos com alguma coisa encaminhada e que dá uma seqüência ao que fazemos. Eu estou convencida de que, apesar de bastante abstrata, uma intranet é, sim, um caminho muito prático para que possamos continuar nos mobilizando nessas discussões. Então, muito obrigada, e vamos todos almoçar porque já merecemos, trabalhamos bastante.